

PESSOAS LUGARES

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

Directora: Cristina Cavaco

II Série | Nº 7 | Março 2003



Em Destaque

Água, fonte de vida e desenvolvimento

P 9 a 12 Territórios - Alto Tâmega

P 6 e 7 Barragem do Alqueva | P 13 e 14 Encontro de Badajoz | P 18 Manifesta 2003

Os novos desafios na gestão da água

A gestão da água constitui o maior desafio para os Estados do mundo. E se a situação já é preocupante nalguns países, os estudos prospectivos mostram que a breve trecho, a partir de 2005, cerca de dois terços da humanidade poderá vir a sofrer de falta de água.

A água é o tema de capa do *Pessoas e Lugares* de Março. A gestão da água constitui um desafio maior para os Estados do mundo. E se certas regiões, como a África subsariana e a Ásia se encontram desde já em situação preocupante, os estudos prospectivos para um horizonte de poucos anos mostram que a breve trecho ela se tornará igualmente grave para a maioria dos países do planeta: a partir de 2005, cerca de dois terços da humanidade poderá vir a sofrer de falta de água, em situações que vão de moderadas a graves. A agricultura irrigada utiliza cerca de 70 por cento dos usos mundiais de água e metade desta será perdida. O fósforo é o principal factor de degradação da qualidade das águas. Paradoxalmente, e mesmo se a sua utilização na agricultura ligada aos adubos contribui para a poluição das águas superficiais, as principais concentrações encontram-se nas águas usadas domésticas e na indústria. Poucos sabem que a fabricação de um *chip* electrónico necessita de uma grande quantidade de água (1 300 litros de água pura) e que após esta utilização a água se encontra contaminada por metais pesados, PCB, solventes e outros produtos químicos.

Desenham-se desde já uma série de prioridades que poderão constituir eixos de cooperação transnacionais, já que a resolução do problema da água só poderá encontrar um desfecho favorável se tratada nas diferentes escalas – regional, nacional e internacional: a procura de um maior e melhor conhecimento sobre os recursos, os ecossistemas e os modos de utilização da água, através da realização de estudos e da *stockagem* destas bases de dados e de uma rede de transmissão mundial; a procura de uma gestão integrada, que supõe a luta contra a má utilização e as fontes de poluição, a definição de objectivos a longo prazo e a elaboração de esquemas directores; a recuperação e a

reutilização das águas são também objectivos a considerar, mesmo se representam custos importantes; a tomada de consciência de que água é um recurso limitado, de enorme valor, ambiental, económico, social, apela ao princípio de co-responsabilidade, à dos Estados mas também à dos cidadãos, produtores ou consumidores; admitir que a água é um recurso precioso e escasso obriga a colocar o problema do financiamento, pondo fim ao princípio de que estes recursos são naturais e portanto grátis ou de baixos custos.

Neste número propomos uma abordagem da água sob diferentes prismas: no artigo sobre *A água e desenvolvimento rural*, apresenta-se uma síntese que permite uma clara problematização sobre a temática da gestão da água, e uma breve apresentação do quadro de Acção da Política da Água da União Europeia. A água numa perspectiva de lazer é o convite da ADIRN através da apresentação de algumas actividades da Templar, tais como pagar ou velejar na Albufeira de Castelo do Bode.

Através do artigo de Luis Moreno apresentamos a obra *Água, desenvolvimento e bem-estar* que se apoia no conhecimento geral sobre a água nas condições mediterrâneas e faz um levantamento de diferentes iniciativas e publicações em torno do tema da Água. Esta obra, com a chancela do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, reaparece na habitual rubrica *Bibliografia*.

Um *“mar de esperança no Alentejo* é a leitura de J. Limão sobre um Alqueva cheio de Guadiana : o histórico deste projecto e o seu impacto para aquela região do Alentejo. E, finalmente, *A Carta de Quioto* é uma contribuição e um olhar sobre a presença portuguesa no 3º Fórum Mundial da Água realizado há pouco mais de um mês naquela cidade japonesa.

Na rubrica *Produtos e Produtores* ainda uma proposta em torno da água: os banhos quentes das Termas de Chaves. Nos *Territórios* o convite é entrar no mundo maravilhoso de Miguel Torga, numa viagem pela zona de intervenção da ADRAT constituída pelos concelhos de Boticas, Chaves, Montalegre, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar.

Nas *Actividades da Rede* destaque para o Encontro de desenvolvimento local, sustentável, rural e comunitário organizado pela Diputación de Badajoz em conjunto coma Rede espanhola de desenvolvimento rural e a Federação Minha Terra em Badajoz.

Cristina Cavaco
ccavaco@inde.pt



DESTAQUE

NOTA DA REDACÇÃO

Razões de ordem administrativa e burocrática, resultantes da extinção da DGDRural - Direcção Geral de Desenvolvimento Rural e conseqüente criação do IDRHa - Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica, provocaram algum atraso na edição do *Pessoas e Lugares* pelo que só agora o número de Março chega às vossas mãos. Embora alheios ao facto, as nossas desculpas a todos os leitores do *Pessoas e Lugares*.

Água e desenvolvimento do mundo rural

O contínuo aumento da procura de água de boa qualidade, aliado à inadequação da gestão dos recursos hídricos sem critério, tem vindo a reflectir-se na degradação da sua qualidade, constatando-se que este recurso é escasso e vulnerável. Coloca-se assim ao mundo rural o desafio de evitar externalidades negativas, assegurando o desenvolvimento de forma sustentada.

O despertar do século XXI viu ser aprovada pela UE a Directiva 2000/60/CE, que estabelece o Quadro de Acção para a Política da Água da União Europeia. Esta corporiza a política comunitária da água e constitui um instrumento de importância primordial para a sua protecção, por forma a assegurar as utilizações de água em boas condições de quantidade e de qualidade pelas gerações actuais e futuras. Trata-se ainda de um quadro de referência para a reforma das políticas nacionais da água, a transpor até finais de 2003 e a implementar até pelo menos 2013, data em que deverá ser completado o seu primeiro ciclo de disposições. Constitui ainda um dos pilares de definição e estruturação de um novo e necessário quadro legal nacional, que melhor corresponda aos actuais paradigmas de gestão qualitativa e quantitativa da água.

A água é porventura o mais importante de todos os recursos naturais, assente que está a sua indispensabilidade para a existência de formas vivas. Acresce a esta componente "vital", todo o conjunto de valias económicas, sociais, territoriais e políticas sobre as quais assentam conceitos indispensáveis nas sociedades contemporâneas, tais como: desenvolvimento, ordenamento e sustentabilidade.

Em termos globais, a água é um recurso abundante, se bem que a sua disponibilidade para o uso é limitada e variável segundo matizes espaciais e temporais. A actividade humana, e mais consistentemente a civilização, adicionou, à aparente naturalidade deste recurso, o conceito de satisfação de necessidade. O contínuo aumento da procura de água de boa qualidade para diversos fins, aliado à inadequação de uma gestão dos recursos hídricos e a utilizações sem critério ou a práticas não racionais, tem vindo a reflectir-se na degradação da sua qualidade. Assim, constata-se que os recursos hídricos são escassos e vulneráveis, deixando a água de ser um bem apropriável para passar a ser um bem económico.

A água como factor de produção

O modelo de produção agrícola promovido nas últimas décadas tem conduzido, em alguns casos, a problemas de redução da fertilidade dos solos, aumento da concentração de poluentes nas águas, degradação e erosão dos solos e redução da biodiversidade. Todavia, a preocupação hoje generalizada com este tipo de problemas, levam-nos a repensar a agricultura que foi praticada, procurando-se estabelecer um novo conceito - o de agricultura sustentável - onde coexistam: o conhecimento dos processos que podem levar à degradação dos recursos e das técnicas que conduzem à sua conservação; a afectação dos recursos em conformidade com os objectivos da produção, com as consequências ambientais e as tecnologias apropriadas em termos de produtividade e ambientalidade; o respeito de restrições, quando necessárias para inverter processos de degradação em curso; a adopção de medidas institucionais traduzindo políticas e regras de gestão, que favoreçam a aceitabilidade social das decisões; os objectivos relativos à satisfação das necessidades e aspirações sociais e humanas actuais e futuras, preservando a herança recebida do passado, que de certa forma prevaleçam sobre os de estrita rentabilidade económica e financeira.

Parece assim consensual a abordagem segundo a qual, para o mundo rural estão consignados novos atributos, em que para além da produção de bens alimentares e matérias-primas a sociedade deverá esperar dos agricultores o desempenho de funções de protecção e gestão adequada dos recursos e



Foto: J. Martins dos Santos/INDE

valores que a todos pertencem, como o equilíbrio e a diversidade biológica, a paisagem rural, a água, os solos e os valores do património cultural.

Coloca-se assim ao mundo rural o grande desafio de evitar externalidades negativas ambientais, assegurando o desenvolvimento de forma sustentada, ou seja, efectuando-se em torno de três atributos principais: o desenvolvimento integrado (que combine de forma harmoniosa e complementar as actividades agrárias e não agrárias); endógeno (que potencie os recursos naturais existentes, respeitando as múltiplas realidades regionais e conformando um exercício de cidadania participativa dos actores locais - autarquias, associações, universidades, empresas, etc. - e do poder central); sustentado (respeitando o ambiente).

Em Portugal, como na maior parte da região mediterrânica, o sector agrícola, através do regadio, assume o papel de principal utilizador da água. A sua importância estratégica, além de residir na promoção da competitividade de sistemas de produção onde a escassez de água constitui factor limitante ao aumento da produtividade, assenta também no efeito dinamizador da prática de uma agricultura mais diversificada e rica, mais remuneradora e indutora de mais valias no conjunto de actividades a montante e jusante da produção.

A sustentabilidade destes importantes e particulares sistemas agrícolas reside na identificação de problemas e antevisão de soluções, tendo em vista: propiciar o controlo de desperdícios de água, possibilitando a sua poupança, maior eficiência produtiva e rentabilidade; contribuir para o controlo dos possíveis impactes ambientais negativos, nomeadamente os decorrentes da salinização (associados a problemas de deficiente drenagem), da poluição dos solos (resultantes do uso de águas marginais), do aumento do teor de nitratos nas águas subterrâneas e superficiais (derivado do deficiente manejo nas incorporações de adubos ou estrumes e de problemas de processamento dos resíduos pecuários), da difusão de fitofármacos (associados também a problemas de deficiente manejo) e da erosão e deficiente defesa das linhas de água.

Carlos Manuel Martins Pais
IDRHa

Água, recreio e lazer

Portugal não pode ter grandes razões de queixa relativamente à sua herança hidrológica. De Norte a Sul, muitos são os rios, ribeiras, albufeiras, lagos e lagoas que convidam ao recreio e ao lazer.

A partir dos anos 70, um pouco por todo o país começaram a aparecer empresas, associações, clubes a “oferecer” uma completa e diversificada oferta de programas que aliam actividades de lazer ao recurso água. Mais ou menos acessíveis, mais ou menos arriscadas, a lista das actividades é quase inesgotável: canoagem, *canyoning*, *hidrospeed*, mergulho, *rafting*, *vela*, *ski* náutico, *windsurf*... Algumas têm ainda pouca expressão entre nós, outras já mobilizam legiões de aderentes, profissionais e/ou curiosos. Quase durante todo o ano mas sobretudo nos meses de Verão, muitos são aqueles que procuram rios e albufeiras em busca de emoções novas ou, simplesmente, formas de combater o *stress*.

A região do Ribatejo é já um destino consagrado. Tirando partido dos seus recursos hídricos - rios Tejo, Nabão, Almonda e Zêzere, e a enorme albufeira de Castelo do Bode - o Ribatejo tem para oferecer inúmeros e atractivos programas recheados deste tipo de actividades. A Templar - Rotas e Destinos Turísticos, Lda., é uma das empresas especializadas a operar na região.

Criada pela ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte, em 1997, a Templar tem vindo a apostar em quatro principais áreas de negócio - descoberta e aventura, animação temática, *outdoor learning* e Templar Club - abrangendo várias valências: serviço de reservas, montagem de produtos turísticos, promoção territorial e comercialização.

Conhecer os recantos da albufeira de Castelo do Bode ou os traçados sinuosos dos rios Nabão, Zêzere e Tejo, que correm pelas serras do Ribatejo Norte, pagaiando calmamente, é uma das muitas propostas que a Templar tem para oferecer. Para conhecer um pouco melhor a Templar e as suas actividades, segue-se uma breve apresentação enviada pela ADIRN.

Nota da Redacção

Localizada no centro do país - numa zona pioneira nos desportos de aventura em Portugal - a Templar é uma empresa de prestação de serviços complementares de apoio ao turismo com alvará de agência de viagens, emitido pela Direcção Geral de Turismo (909/97), e é propriedade da ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte. Aventura, desporto, cultura e natureza são alguns dos ingredientes que fazem parte dos muitos e variados programas e eventos *outdoor* que desenvolvemos, não só na nossa região como também no Algarve, Peniche, Castelo de Vide, Serra da Estrela, Gerês, Açores ou Madeira.

São várias as actividades de lazer realizadas pela Templar que privilegiam a água, nomeadamente na albufeira de Castelo do Bode pela sua vasta extensão. Localizada na confluência de sete concelhos da região Centro (dois deles pertencentes ao Ribatejo Norte - Ferreira do Zêzere e Tomar), e inserida na Região de Turismo dos Templários, a albufeira de Castelo do Bode é o maior lago artificial do país. Grandioso espelho de água, sempre pronto a reflectir a energia luminosa proveniente do meio circundante, Castelo do Bode é o palco ideal para a prática de qualquer tipo de desportos náuticos ou outras actividades fluviais, numa combinação perfeita de lazer e desporto.

Conhecer os recantos desta albufeira, “pagaiar” nas suas águas tranquilas, convivendo com a natureza num ambiente de diversão entre as pequenas ilhas do rio (onde se pode parar, descontraír e tomar frescos banhos), percorrer os seus 60 quilómetros numa jangada motorizada, num agradável passeio, ou por à prova as suas habilidades de velejador, experimentando a vela ou, ainda, atrever-se no *ski* náutico ou no *windsurf*, são algumas das actividades que a Templar tem para oferecer na albufeira de Castelo do Bode e onde a aventura em água é uma constante.

Outros dos locais preferenciais para a realização de actividades náuticas são os rios Almonda, Alviela, Nabão e Tejo, que correm entre as serras calcárias do Ribatejo Norte.

O Almonda nasce na Serra D’Aire e percorre o concelho de Torres Novas em toda a sua extensão neste rio permitindo, assim, a prática de actividades como a pesca desportiva e a canoagem. Com mais de 10 km, a gruta do Almonda - a mais extensa rede cársica conhecida em Portugal - compõe-se de várias ribeiras subterrâneas (que dão origem à nascente do rio Almonda) permite a prática do mergulho subterrâneo (modalidade permitida somente com a devida credenciação).

O rio Alviela nasce na serra da Mendiga, distrito de Santarém, num lugar chamado Olhos d’Água. Trata-se de um rio pequeno, com apenas 46 quilómetros de extensão, (uma parte deles subterrânea), mas onde se destacam duas actividades desportivas realizadas pela Templar: a canoagem e os baptismos de mergulho. Já as Nascentes do Alviela são um agradável espaço de recreio e lazer onde as actividades lúdicas são uma constante pelas suas condições geográficas de serra e rio.

Na bacia hidrográfica do rio Nabão, na confluência dos concelhos de Ferreira do Zêzere, Ourém e Tomar existe um local chamado Agroal que há muito tem vindo a despertar variados interesses, devido às suas características peculiares. A excelência dos seus recursos hídricos (numa zona particularmente seca), os solos férteis ribeirinhos e a paisagem contrastada pelo relevo, pela geologia e pelo coberto vegetal, fazem deste recanto do Ribatejo Norte uma área biologicamente rica, onde as actividades de recreio e lazer têm lugar de destaque, nomeadamente as descidas de canoagem, entre a nascente do Agroal e Tomar, com uma duração de cerca de cinco horas.

O rio Tejo nasce na serra de Albarracín, em Espanha, e faz um percurso de 875 quilómetros até chegar à foz. Pelo caminho dos 225 feitos em território nacional, o Tejo banha Abrantes, Constância e Vila Nova da Barquinha, conferindo-lhes com as suas águas o especial encanto das localidades ribeirinhas. Todo este vale azul é palco de algumas actividades desportivas ligadas à água, nomeadamente a canoagem, graças às condições propícias de alguns troços do rio que tornam mais animadas as descidas desde a praia fluvial de Constância até Vila Nova da Barquinha. A meio caminho, é possível apreciar um dos *ex-libris* do Tejo - o Castelo de Almourol.



Paula Matos dos Santos / INDE

Carla Augusto
ADIRN

Água, Desenvolvimento e bem-estar

em torno de um livro¹ e de algumas iniciativas

Juntamente com o ar, «a água é para o Homem o mais importante recurso natural, porque lhe é indispensável à vida». Sendo também «um factor económico de produção», permitiu o «desenvolvimento das civilizações antigas do Próximo Oriente. Os seus saberes, as suas técnicas, os seus patrimónios de cultivo passaram aos impérios romano e árabe e, destes, por outros povos e outras organizações políticas, chegaram à actualidade».

Estas são algumas das palavras com que os autores fazem a introdução a «um livro sobre a água». Os grandes títulos, que encerram três dezenas de subtítulos, mencionam a água «na Terra», a água que «fecunda», «produz», «move», «transporta», «recreia e cura», mas também se incluem os «usos e conflitos em torno da água» e os «novos desafios na gestão da água».

Referimo-nos a uma obra com mais de centena e meia de imagens marcantes e que se apoia no conhecimento geral sobre a água, nas condições mediterrâneas e, sobretudo, em numerosas condições histórico-geográficas portuguesas. Por isso, não se focam inúmeras condições locais que se associam a civilizações e culturas afastadas, como as do extremo oriente e da América.

Trata-se de uma edição de luxo, com carácter de divulgação e que eleva o tema da água ao patamar em que ele tem de ser considerado, num mundo cuja apropriação civilizacional do precioso líquido se traduz, por exemplo, nas palavras dos autores: «A boa água, e sobretudo a boa água para consumo humano ou para rega, torna-se escassa, o que releva a gestão de todos os recursos aquíferos, em termos de racionalidade económica, social e ecológica, tendo designadamente em conta que a água é um meio de vida e que os ecossistemas das zonas húmidas são bastante ricos. Assim, ao considerarmos os problemas crescentes da gestão da água, destacamos como seus objectivos principais o de assegurar a sua disponibilidade quantitativa e qualitativa onde é necessária, o de controlar os impactos das cheias, o de penalizar o seu desperdício, o de a valorizar devidamente, através de preços justos, tendo em conta os custos das intervenções humanas necessárias à sua disponibilização e distribuição local e os impactes sociais e ambientais» (p. 14).

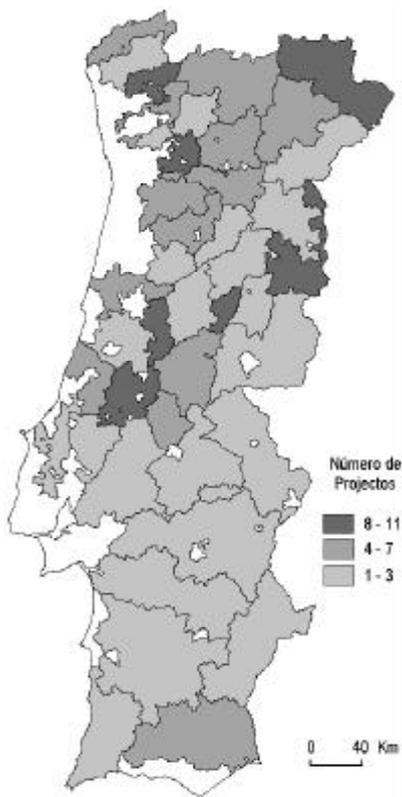
Trabalhar o recurso água

A relação entre a água e o desenvolvimento está bem presente em inúmeras outras publicações, das quais apenas salientamos aqui alguns artigos que traduzem iniciativas de desenvolvimento local (DL) em prol do desenvolvimento rural, sobretudo no âmbito do programa LEADER. Começando pela revista *LEADER Magazine*, encontramos pelo menos três referências a projectos em que a água se salienta como recurso mobilizador, respectivamente nos nº 13, de 1997, pp. 19-22, sobre o caso de Evros, na Grécia; nº 24, de 2000, sobre os temas federadores do *Pays du Val d'Adour*, Sudoeste de França (p. 11) e do *Canal de Castilla*, em Espanha (p. 12). Também neste jornal *Pessoas e Lugares* se evidenciam dois artigos, nos números 12 / Outubro 2000 e 26 / Janeiro 2002, respectivamente sobre a ADRAT e o termalismo (pp. 8-9) e sobre a cooperação Portugal-Marrocos entre a *Associação Terras Dentro* e a *Associação Anouar Idegh* (pp. 14-15).

Naturalmente, estas referências são apenas exemplos de abundantes iniciativas que demonstram a importância da água como recurso do desenvolvimento, ou não fosse este líquido um bem que uns retêm, poupam e aplicam rigorosamente, enquanto outros desperdiçam, mais ou menos, limitando o potencial do investimento na valorização da economia e do território. Mesmo fora do âmbito do LEADER, não deixa de ser interessante que uma importante ONG da Eslováquia, responsável por projectos estruturantes de abordagem ascendente, se designe por “People and Water”.

Atestando o facto de que os artigos são apenas a “ponta visível do icebergue” das iniciativas de DL em meio rural que implicam trabalhar com o recurso água, só em Portugal Continental contamos 178 projectos LEADER II (1994-99) desse tipo, distribuídos conforme a Figura². Seria interessante analisar a importância deste domínio em toda a Europa, bem como no resto do mundo...

Luis Moreno
Universidade de Lisboa



Projectos do LEADER II em Portugal Continental que implicaram o uso do recurso «água» (1994-99)

¹ CAVACO, Carminda; SIMÕES, José Manuel (1998). *Água, desenvolvimento e bem-estar*. Lisboa, MADRR: 237 p.

² No âmbito que um estudo académico que não englobou os territórios LEADER II das Regiões Autónomas.

Barragem do Alqueva

Um “mar” de esperança no Alentejo

Quase meio século depois, o Alqueva enche-se de Guadiana. Um mar de esperança num futuro melhor, com novas oportunidades para a agricultura, turismo e emprego na região.

4150 milhões de metros cúbicos de água. 83 quilómetros - ao longo dos concelhos de Moura, Portel, Mourão, Reguengos de Monsaraz e Alandroal - com um espelho de água de 250 quilómetros quadrados de superfície, e cerca de 1100 quilómetros de margens. Enchida à cota máxima de 152, a barragem do Alqueva constitui-se como maior lago artificial da Europa.

Uma imensidão de água, que muda radicalmente a paisagem destes concelhos do Alentejo. Mas, para já o cenário é outro. Ao fim de um ano desde o fecho das comportas, o volume de água encontra-se à cota 130 e temos um lago com uma profundidade junto ao paredão de cerca de 62 metros, pelo que faltam 18 metros para o enchimento completo. “Parece que está quase, mas estão armazenados 1200 hectómetros cúbicos de água de um total de 4150 hectómetros cúbicos de água”, explica a EDIA - Empresa de Desenvolvimento de Infra-estruturas do Alqueva (EDIA). Enquanto a barragem não enche, a paisagem que se estende a partir da parede cinzenta, de 96 metros de altura e 458 metros de largura, é pintada de tonalidades de terra, onde outrora foi verde. Esta medida visa preservar a qualidade da água da albufeira, reduzindo a matéria orgânica em decomposição e garantindo condições de segurança para a utilização do espelho de água. A qualidade da água armazenada para futuro abastecimento público ou rega tem suscitado algumas dúvidas, mas essa matéria tem sido objecto de monitorização. De acordo com Carlos Silva, porta-voz da EDIA, “mensalmente são feitas análises e, até Dezembro (últimos resultados conhecidos), não há qualquer parâmetro respeitante à qualidade da água que tenha ultrapassado o nível máximo definido por lei”.

A questão da qualidade da água, aliada à variedade de outros problemas que requerem consideração atenta - riscos geotécnicos e sísmicos, impactos biológicos, climáticos, agrícolas, sócio-culturais e económicos, nos territórios e nas populações adjacentes, contribuíram para o aparecimento de vozes discordantes em relação ao empreendimento.

48 anos de projecto

Apesar disso, a 8 de Fevereiro de 2002, as comportas fecharam-se, encerrando um processo iniciado há 48 anos atrás. A longa história da construção da barragem de Alqueva remonta ao longínquo ano de 1955, quando o ministro das Obras Públicas, Arantes de Oliveira, ordena o início dos estudos para o Plano de Rega do Alentejo. Em 1957, este Plano inclui as primeiras referências ao Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, e oito anos mais tarde, a Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos promove o primeiro estudo sobre a barragem.

Por entre avanços e recuos, só em 1973 o projecto volta a conhecer desenvolvimentos. Marcelo Caetano lança o primeiro concurso público para a adjudicação da obra do Alqueva, mas o projecto fica suspenso com o 25 de Abril. A obra só conheceria novo avanço em 1976, após resolução do I Governo Constitucional. As obras seriam retomadas no ano seguinte, mas novamente interrompidas em 1978. Em causa estava o custo da água para rega e um parecer negativo do Banco Mundial, que levou o primeiro-ministro do Governo de transição, Nobre da Costa, a anular decisões e suspender o projecto para realização de novos estudos. Durou dois anos, esta nova paralização. Em 1980, Sá Carneiro promulga uma resolução que determina a reabertura do estaleiro e o reinício das

obras da barragem, considerando que a produção de energia e o abastecimento de água justificavam a validade do projecto. Mas, a sua morte, a 4 de Dezembro desse ano, levou a que a resolução fosse ignorada, mergulhando o projecto Alqueva em nova fase de esquecimento que se prolongou por toda a década de 80.

Findo este período de interregno, nos anos 90 assistiu-se à reafirmação da vontade política de construção do Alqueva. Em 1991, o primeiro-ministro Cavaco Silva anuncia a abertura do concurso internacional para a adjudicação do estudo de avaliação do Alqueva, que viria a ser ganho pelo consórcio luso-belga constituído pelas empresas Hidrotécnica portuguesa, Tractebel e Sociedade de Estudos de Impacto Ambiental.

Em Fevereiro de 1994, é assinado em Lisboa o Plano de Desenvolvimento Regional, e o Alqueva pode avançar. O projecto é aprovado no II Quadro Comunitário de Apoio (1994-99), apesar da Comissão Europeia manifestar dúvidas sobre o impacto ambiental e agrícola do empreendimento, e em 1997 é aprovado o Programa Específico de Desenvolvimento Integrado da Zona do Alqueva (PEDIZA), que consolida o envolvimento da União Europeia no projecto. Por fim, em 1998 é dado início à betonação na barragem.

A prossecução da iniciativa assenta no pressuposto de valorização da área envolvente. O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) comporta uma atitude estratégica na utilização de recursos e aproveitamento das potencialidades da região, visando atingir os seguintes objectivos estruturantes: constituição de reserva estratégica de água, que permita atender às necessidades actuais e futuras da região, tendo presente a irregularidade do Guadiana e os períodos de seca; criação de potencialidades turísticas a partir do surgimento da albufeira, com margens que ultrapassam os mil quilómetros de extensão; combate à desertificação física e alterações climáticas com a introdução de um coberto vegetal que permita a fixação dos solos; intervenção organizada nos domínios do ambiente e património; dinamização do mercado de emprego regional; garantia do abastecimento regular de água às populações, indústrias e agricultura; e alteração progressiva do modelo de especialização da agricultura do sul do país, disponibilizando uma área de rega com 110 mil hectares distribuídos pelo Alentejo Central e Baixo Alentejo.

Rentabilização agrícola

O Governo, através do Ministério da Agricultura, já assumiu a intenção de “estudar formas de rentabilizar o Alqueva no plano agrícola” com a criação de um grupo de projecto. O grupo, denominado Alqueva Agrícola, vai “programar, lançar, coordenar e acompanhar todas as acções necessárias” para prosseguir um conjunto de objectivos.

A configuração do Sistema de Rega do Alqueva foi elaborado pela Hidrotécnica Portuguesa (HP), com o acompanhamento de uma Comissão Interministerial e de consultores especializados, pressupondo a beneficiação de 110 mil hectares.

Este estudo consistiu na reanálise do sistema adutor/distribuidor de água definido no Estudo da Avaliação Global de 1992, na óptica da sua optimização, a qual foi realizada a nível da localização dos blocos de rega, do traçado dos canais, da definição das origens de água, da concepção geral do Sistema e da integração dos perímetros de rega situados na mesma área.

O ano de 2003 marca o início das obras para o plano de rega e sistema adutor, estando prevista a conclusão de rega para o período de 2021 a 2025. Todo o empreendimento para assegurar os canais de rega custará, a preços actuais, 1800 milhões de euros (360 milhões de contos).

A nível sócio-económico, a barragem está a ter efeitos ao nível da especulação imobiliária. Na aldeia da Estrela, que fica à beira de água com o enchimento da albufeira, os preços das casa já triplicaram e quadruplicaram. Mas, a submersão da Aldeia da Luz constitui o principal impacto social provocado pela albufeira do Alqueva. A construção de uma nova aldeia, situada nos limites da freguesia da Luz, que reproduzisse a actual aldeia, foi a solução encontrada pela população e assumida pela EDIA, para minimizar este impacto. Desde Setembro de 1998 que decorrem obras de infra-estruturação da nova aldeia. Entre os trabalhos conta-se a execução de arruamentos, rede de distribuição de água, drenagem de águas residuais, infra-estruturas de electricidade e gás, e redes telefónica e de distribuição de televisão por cabo.

Na nova Aldeia da Luz, a EDIA ergueu 210 habitações, 11 comércios, 75 casões, 92 arrecadações e "arramadas", 33 alpendres e 82 cozinhas-de-lume, além de 16 equipamentos colectivos.

Preservação do património

Em paralelo, o empreendimento já está a ter repercussões ambientais, devidas à vasta operação de desmatamento e desarboreização. No decorrer deste processo está previsto o abate de cerca de 1,2 milhões de árvores que se encontram na zona que ficará submersa pela barragem. Numa tentativa de compensação deste impacto, a Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas de Alqueva (EDIA), está a proceder ao transplante de árvores para a Herdade da Coitadinha, futuro Centro de Interpretação Ambiental do Projecto de Alqueva. Esta herdade, situada em Barrancos,

foi adquirida pela EDIA para a criação do centro e, irá acolher algumas espécies vegetais dominantes na área inundada pela albufeira de Alqueva, nomeadamente 100 oliveiras (20 das quais centenárias) e 30 freixos. Em paralelo, foram desenvolvidos estudos de Biologia e Ecologia, em toda a área afectada pelo enchimento da albufeira do Alqueva.

A preservação do património tem sido outra das preocupações, alvo de críticas e objecto de observação atenta por parte da EDIA. A "selagem" do Castelo da Lousa, devido ao grau de "mediatização" de que foi alvo, constitui o processo de salvaguarda do património mais conhecido do grande público. Perante a impossibilidade de remover esta estrutura, a EDIA optou por uma solução que permitirá a recuperação do castelo num futuro mais ou menos longínquo. Para isso, o monumento foi envolvido numa estrutura de areia e sacos de geo-têxtil, que permitirá recuperar o castelo, uma vez que a albufeira deixe de existir.

Já em relação aos sítios arqueológicos procurou-se proceder ao levantamento e estudo de todos os sítios que ficarão submersos na albufeira e, em simultâneo, desenvolver-se um espaço enquadrado em museus.

A conservação do património é um dos pontos de potencial atracção turística. A barragem tem sido alvo de constantes visitas, que vêm conhecer o paredão, as duas aldeias da Luz, e os arredores do empreendimento. No futuro, com a barragem cheia à cota máxima, e o projecto a funcionar em pleno, espera-se que o empreendimento funcione como um importante ponto de atracção turística.

As cerca de 300 ilhas que ficarão situadas na albufeira do Alqueva, cuja maioria oscila entre os três e os 20 hectares, mas as duas maiores atingem 60 hectares, podem vir a funcionar como tónicos impulsionadores do turismo na região.

João Limão
jlimao@inde.pt



Rio Guadiana - Abril de 2001



Rio Guadiana - Março de 2002

I Encontro de Turismo Equestre a Sul do Tejo e Ilhas

Lançar o debate, reflectir sobre o Turismo Equestre como uma forma de turismo sustentável e a necessidade de se assumirem parcerias, numa atitude mais visionária perante os desafios do Turismo Equestre, foram algumas das ideias discutidas neste Encontro organizado pela Vicentina e co-financiado pelo LEADER+.

O *I Encontro de Turismo Equestre a Sul do Tejo e Ilhas*, realizado no passado dia 24 de Março, no Centro Cultural de Lagos, numa organização da Vicentina – Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste, em colaboração com a FEP - Federação Equestre Portuguesa e a ANTE – Associação Nacional de Turismo Equestre, foi co-financiado pelo Programa LEADER+ SW, e teve como objectivos fundamentais: contribuir para o debate, informação e reflexão conjunta por parte das empresas e organismos públicos e privados com responsabilidade na área do Turismo Equestre sobre aspectos técnicos, legais e da qualificação profissional relacionados com a oferta e prática do Turismo Equestre, potenciar uma consertação conjunta por parte de organismos com responsabilidade na área da formação profissional, no sentido de conceber o perfil profissional de Guia Equestre e respectivo processo de certificação profissional, projectar esta temática a nível das várias regiões a Sul do Tejo, incluindo Açores e Madeira, e promover a troca de experiências entre os organismos Portugueses com competências na área do Turismo Equestre e a FITE – Federação Internacional de Turismo Equestre.

A iniciativa surge no seguimento da realização da acção de formação Guias Equestres, promovida pela Vicentina, e da constatação da necessidade em melhorar a oferta da qualificação dos recursos humanos, e contou com a participação de cerca de uma centena de participantes, entre representantes de Centros Hípicos, Câmaras Municipais, Regiões de Turismo e de entidades nas vertentes do turismo, criação de cavalos e desporto.

Das várias comunicações apresentadas saliente-se a da directora da ANTE, Beverley Gibbons, que apelou a uma manifestação mais unida por parte de todos os Centros Hípicos, referindo-se ainda à importância de uma melhor gestão, promoção e divulgação da actividade de Turismo Equestre e à importância da qualificação e formação dos responsáveis pelos Centros Hípicos, e do vice-presidente da FEP, Coronel João Sequeira, que para além da explicitação do enquadramento jurídico do funcionamento e licenciamento dos Centros Hípicos, e do papel da FEP, solicitou a colaboração de todos os Centros Hípicos existentes em Portugal num processo de inventariação a iniciar brevemente.

A coordenadora de formação da Vicentina, Sónia Felicidade, centrou a sua comunicação na experiência da formação do curso de Guias Equestres, que decorreu entre Dezembro de 2001 e Novembro de 2002, e que apresenta um novo perfil profissional. A Vicentina concebeu e desenvolveu um novo referencial de formação na área do Turismo e como resultados, no final desta acção de formação, quatro formandos foram certificados como Guias Equestres pela British Horse Society, entidade reconhecida pela Federação Internacional de Turismo Equestre.

Na sua intervenção, o Secretário-Geral da FITE - Federação Internacional de Turismo Equestre, Hervé DeLambre, abordou os vários aspectos que se relacionam com o Turismo Equestre, referindo-se, nomeadamente, à experiência francesa, ao papel e ao tipo de intervenção que a FITE tem tido ao longo dos últimos tempos. Hervé DeLambre salientou ainda a importância da melhoria da formação profissional como aspecto determinante para a oferta da prestação de serviços no Turismo Equestre e, considerando que Portugal tem excelentes condições para a prática desta actividade, referiu a disponibilidade da FITE apoiar as entidades competentes nesta matéria em Portugal, no sentido de promover as condições necessárias à melhoria da oferta do Turismo Equestre, já com um peso relevante no nosso país.

A apresentação do Sistema de Incentivos a Produtos de Vocação Turística - SIVETUR, e "A importância da promoção dos mercados", no que respeita especificamente ao papel da Internet, foram mais dois temas que estiveram em foco através das intervenções de Rita Salvado e Anikka Feder, respectivamente.

Balanco muito positivo

Particularmente participados, os dois momentos de debate evidenciaram a necessidade crescente dos interessados nesta matéria em obter respostas às suas dúvidas e fazer-se ouvir.

O balanço final, extremamente positivo, permitiu: lançar o debate, sobre o tema, servindo de base para outras iniciativas desta natureza; identificar alguns estrangulamentos legais, e a importância de uma sensibilização por parte dos organismos privados e públicos para estas matérias; reflectir sobre a utilização do Turismo Equestre como uma forma de turismo compatível com a utilização sustentável dos recursos naturais e culturais; apelar às várias entidades envolvidas, para a necessidade de se assumirem parcerias, e uma atitude mais visionária perante os desafios do Turismo Equestre; e criar e consolidar a concertação entre as entidades privadas e públicas presentes.

"Produtivo e frutífero, sobretudo pela agitação dos temas que tiveram aqui lugar e que todos nós aproveitámos para nos esclarecermos uns aos outros, mas, também, ficamos cientes que muitas dúvidas restam, sobre o que vai ser o Turismo equestre em Portugal...", foi como o presidente da ANTE, Veiga Maltês, caracterizou este *I Encontro de Turismo Equestre a Sul do Tejo e Ilhas*.

A finalizar os trabalhos, o representante da FITE voltou a reforçar a disponibilidade em trabalhar com as entidades Portuguesas, no sentido da profissionalização e da melhoria da qualidade da oferta do Turismo Equestre em Portugal, salientando que Portugal tem, nesta matéria, um enorme potencial que terá que aproveitar o melhor possível. Está lançado o desafio...



Paula Mito dos Santos / INDE

Passeio equestre no Ribatejo promovido pela ANTE - Setembro de 2000

VICENTINA



Textos de Francisco Botelho e João Limão

O “mundo maravilhoso” de Torga. Talhado nas escarpas dos montes, rasgado por férteis vales e planícies, atravessado por rios e ribeiras, decorado por abundantes vestígios de invulgar património arquitectónico, reflexo da riqueza histórica, está ferido pela desertificação demográfica, pelo envelhecimento, pela ausência de expectativas de emprego.

A Zona de Intervenção (ZI) da ADRAAT – Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega, considerada no âmbito do programa LEADER+ é constituída por cinco concelhos - Boticas, Chaves, Montalegre, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, num total de 148 freguesias, em virtude da excepção das freguesias de Santa Maria Maior e Madalena, no concelho de Chaves. De fora fica Ribeira de Pena, sexto concelho habitual integrante do território de intervenção da associação noutros programas.

No total, os cinco concelhos equivalem a uma área de 2704 km², que comporta 150 freguesias, com uma área média de 18 km², que apresentam uma densidade populacional de 36 habitantes por km² num total de 97 097 habitantes (Censos de 2001).

À imagem do que tem acontecido nas zonas rurais do Interior do país, todo o Alto Tâmega tem sido vítima de um progressivo despovoamento. Enquanto na Região Norte se verifica um crescimento populacional de 208 mil indivíduos, traduzido num aumento de 6 por cento, e que é indicador de aceleração do crescimento demográfico, uma vez que entre 1981 e 1991 a variação populacional havia sido de 1,8 por cento, as sub-regiões do Douro e Alto Trás-os-Montes foram as duas únicas desta Região que continuaram a perder população.

Contudo, apesar do decréscimo populacional, esta tendência manifesta-se de forma mais atenuada. Na sub-região do Alto Trás-os-Montes, onde está

integrado o território da ADRAAT, a variação negativa da população residente foi de -5,2 por cento, em contraste com o valor de -13,7 por cento registado entre 1981 e 1991. Ao nível dos cinco concelhos do território, a média do crescimento populacional é de -11,34 por cento.

A nível concelhio, o mais significativo recuo demográfico em termos percentuais ocorreu no concelho de Boticas, com uma quebra populacional de -19,2 por cento, correspondente a -1 525 habitantes. Montalegre registou uma perda de -17,3 por cento, (-2 672 habitantes), Valpaços (-14,2 por cento, correspondentes a -3 212 habitantes), e Vila Pouca de Aguiar (-12,4 por cento correspondentes a -2 119 habitantes). A perda de 3 212 habitantes em Valpaços, faz deste o segundo concelho de toda a Região Norte com maior perda de efectivo populacional, só ultrapassado pelo Porto.

A acentuar a tendência de perda populacional, verifica-se que Boticas (-8,2 por cento) e Montalegre (-8 por cento), são dois dos 15 concelhos da Região Norte com menores saldos naturais. Em simultâneo, verifica-se o envelhecimento gradual. De acordo com dados da ADRAAT de 2002, apenas 14 por cento da população tem menos de 25 anos, sendo que ao escalão etário com mais de 64 anos, corresponde 22 por cento dos efectivos populacionais. A maioria da população situa-se no escalão entre os 25 a 64 anos (64 por cento).

Reforço dos pólos urbanos

À semelhança de outras zonas do país observa-se, nas sub-regiões do Norte caracterizadas por menor dinamismo demográfico, um reforço da importância demográfica dos pólos urbanos aí localizados, traduzindo um processo de urbanização crescente do “Interior” norte, caracterizado pela ocorrência de processos de perda populacional mas, em simultâneo, os principais aglomerados populacionais dos concelhos terem uma evolução contrária, vendo crescer a sua população.

A região caracteriza-se assim por um tipo de povoamento concentrado, no qual o aglomerado populacional de maior importância é a cidade de

Chaves, que tem um papel central e aglutinador. Este concelho foi o único do Interior, não capital de distrito, que aumentou de população no período intercensitário de 1991 a 2001. Factor indicador do nível de atratividade do concelho é o registo de um saldo migratório positivo, com 9,2 por cento.

O fenómeno migratório tem um longo e expressivo historial em todo o território. A década de 90 e os primeiros anos do novo século marcam a fase de retorno das pessoas de primeira geração de emigrantes. Contudo, de acordo com Montalvão Machado, coordenador da ADRAT, "não tem acontecido o retorno dos mais jovens", o que se traduz, ao nível da mão-de-obra, por um retorno que "não deve ultrapassar os dois a cinco por cento". A associação faz o *mea culpa* desta situação, e Montalvão Machado reconhece que se tem feito um "trabalho muito fraco com os emigrantes", perdendo-se a "oportunidade que resultaria do retorno do emigrante qualificado".

A baixa taxa de retorno da população emigrante surge indissociável da escassez de expectativas ao nível do emprego. Segundo dados de 1991, o território da ADRAT apresenta uma taxa de desemprego de 5,3 por cento. Aliada a esta baixa perspectiva, acresce o facto da maioria da população estar ocupada na actividade agro-pecuária, sendo o sector primário responsável por 46 por cento do emprego. Segue-se o sector terciário, com 37 por cento, enquanto um incipiente sector secundário não representa mais de 17 por cento do total de emprego na região.

A actividade industrial pouco expressiva, tradicional e pouco competitiva, tem nas madeiras, águas, vidro e granitos as áreas mais dinâmicas. A água é mesmo o principal sector exportador da região.

Para o futuro, a região apresenta elevadas expectativas de desenvolvimento do sector secundário a curto prazo, com a construção de seis parques industriais, entre os quais o "Chaves Parque", na freguesia de Outeiro Seco, em Chaves, com capacidade para receber cerca de 100 empresas. Por enquanto, o sector primário assume peso decisivo na empregabilidade da região. Na agricultura predomina a pequena dimensão das explorações e a aplicação de técnicas profissionais ultrapassadas, com baixos índices de produtividade e rendimento. Os solos caracterizam-se pela variabilidade. As Veigas de Chaves e de Vila Pouca de Aguiar, com altitudes compreendidas entre os 400 e 750 metros, vales extensos e férteis, e com solos com boa capacidade para uso agrícola, bem como as planícies em Valpaços, contrastam com as zonas de planalto, de altitudes compreendidas entre os 800 e 1000 metros, com boa aptidão para pastagens e cereais, e as zonas de montanha, com altitudes entre 800 e 1500 metros, com aptidão florestal, situadas em Boticas e Montalegre.

Património ambiental protegido

A par da componente agrícola, a região regista uma boa preservação do património ambiental, alicerçada na presença de três espaços protegidos no território. A Zona Ecológica das Margens do Rio Tâmega (Chaves), o Parque Natural do Alvão (Vila Pouca de Aguiar) e o Parque Nacional da Peneda-Gerês (que integra parte do concelho de Montalegre).

Entre as espécies preservadas, as formações arbóreas são caracterizadas pela presença dos carvalhais galaico-portugueses de carvalho-negral e carvalho-roble, vidoais e sobreirais, além de teixos, medronheiros, azevinhos, urzes, giestas, carquejas, sargaços e tojos. No domínio da fauna, pode-se encontrar ainda o javali, raposa, texugo, morcego-arborícola-pequeno, milhafre-real, águia-de-asa-redonda, falcão, bufo-real, coruja-do-mato e mocho-de-orelhas-pequenas. A águia-real e o lobo ainda podem ser vistos, embora estejam em vias de extinção.

Em ambiente doméstico sobressai o boi barrosão, natural de áreas planálticas, notável força de trabalho, reconhecido pela qualidade da carne e presença habitual em pratos típicos da gastronomia local. A famosa posta barrosã é um dos *ex-libris* da gastronomia transmontana, à qual se pode juntar o cabrito estufado, a feijoadada, o cozido à Transmontana, ou as trutas recheadas com presunto. Bem completados pelo rico fumeiro, o tradicional foliar, os pastéis de carne, o vinho dos mortos (só engarrafado depois de permanecer enterrado um ou dois anos) ou a aguardente de mel.

Aliada à notável riqueza da gastronomia, sobressai o enorme capital aquífero da região. Presença comum nas mesas de todo o país, fruto da industrialização das águas para consumo, comporta também um elevado potencial turístico. A este nível, destacam-se as estâncias termais de Chaves, Vidago, Santas de Carvalhinhos (Boticas) e Pedras Salgadas.

Aliás, a água é indissociável da história da região. Das nascentes de água termal nas margens do Tâmega nasceu a inspiração para Aqueae Flavie ou



Zona de Intervenção LEADER+

"Águas de Flávio", nome romano da cidade de Chaves, em lembrança do Imperador Flávio Vespasiano, o primeiro a reconhecer as propriedades destas águas.

Da presença romana perduram marcas, das quais a mais significativa é a ponte de Trajano, construída por indicação deste general, entre 28 a 104 d.C., e que é o último vestígio da via romana que ligava Chaves a Astorga. Na periferia da cidade flaviense, também se pode encontrar a ara romana de Outeiro Seco epigrafada com referências a combates de gladiadores, ou a Ponte do Arco em Vila Pouca de Aguiar.

Povoada desde a pré-história, na zona abundam vestígios dessa época, entre necrópoles (Vale da Anta) e demonstrações de arte rupestre (Castelo do Mau Vizinho e Outeiro Machado). Contudo, os vestígios mais significativos remontam ao período de ocupação celta, de que são notáveis exemplos os castros de Curalha, Brunheiro e Cambedo.

Seguindo a cronologia histórica, sobressaem sinais do período medieval como o núcleo histórico de Chaves, com o casario de varandas de madeira, a rua Direita, a Torre de Menagem do Castelo, ou a capela do Pópulo (ponto de partida para as peregrinações a Santiago). Apenas algumas marcas do abundante património da região, que tem na Igreja da Misericórdia, Castelo de Monforte, Castelo de Aguiar da Pena, ou fortes seiscentistas de S. Francisco e Neutel, outros magníficos exemplares, susceptíveis de obrigar a uma visita à região.



PDL LEADER+ da ADRAT

Inovação e Competitividade

No âmbito do Programa de Iniciativa Comunitária para o Desenvolvimento Rural LEADER+, a ADRAT – Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega elaborou um Plano de Desenvolvimento Local (PDL) cuja estratégia assenta nos conceitos de inovação e competitividade.

Segundo Montalvão Machado, coordenador da Equipa Técnica Local da ADRAT, o “LEADER é a aventura do desenvolvimento”, ou, por outras palavras, “a ousadia de avançar para projectos”. Esta concepção fica expressa na introdução de factores de inovação e competitividade. Ainda de acordo com este técnico de desenvolvimento local, “passou o tempo da manutenção e preservação dos bens naturais, o LEADER+ é a fase da inovação e competitividade”.

A palavra de ordem é “utilizar o LEADER como factor de inovação da produtividade”. A componente de preservação em que o LEADER é essencial deve surgir aliada à introdução de novos factores e ideias, que permitam um carácter inovador dos projectos apresentados. Por esse motivo, a associação está a recusar projectos que “sejam uma repetição do que se tem feito noutras regiões”.

É o que acontece na agricultura, onde “é necessário introduzir novos factores de inovação”. Nos projectos a candidatar são consideradas despesas elegíveis as acções de promoção e publicidade de produtos agrícolas. Os apoios a dinâmicas agrícolas mais tradicionais serão direccionados para outros programas como o AGRIS.

O PDL assenta em quatro submedidas, divididas por nove acções. No domínio dos “Investimentos e Infraestruturas” sobressaem a Qualificação Ambiental e Qualificação Patrimonial. Na primeira destas acções, a par da conservação e recuperação de zonas naturais, a reforestação natural com espécies autóctones surge como uma tentativa de aproveitamento das oportunidades que existem nessa área, de que são exemplo as plantas medicinais. Em paralelo, o apoio a associações florestais, num território amplamente florestado, resulta também num programa de cooperação de gestão



André Siva / ADRAT

transfronteiriça da floresta e combate aos incêndios.

No capítulo da Qualificação Patrimonial, o objectivo passa pela consolidação do arranjo e recuperação de edifícios, tendo em vista a atractividade da região, e visando a instalação de novos serviços e actividades.

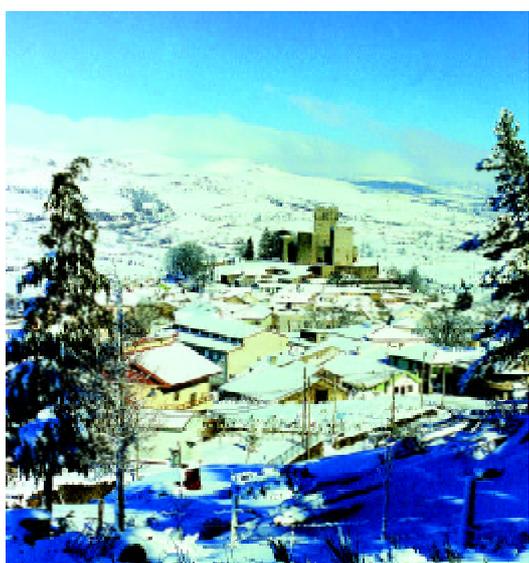
Esta última componente é central na submedida de “Apoio a Actividades Produtivas”, que está dividida em duas acções de Inovação na Produção e Novas Actividades. Se na primeira acção a aposta está direccionada para o investimento em equipamentos produtivos e actividades tradicionais, a segunda aponta para o aparecimento de novas empresas ou actividades, nomeadamente na área de serviços e, em simultâneo, para ajudas à comercialização de produtos.

A terceira submedida - “Outras Acções Materiais” – solidifica a aposta em empreendimentos em estruturas de lazer, cultura e desporto, com o objectivo de dinamização cultural e turística. Uma das grandes preocupações da associação é o problema de tratamento da atratividade. A região regista uma taxa de ocupação em empreendimentos turísticos muito elevada, contudo observam-se carências ao nível dos serviços

de lazer. “Existe um desgaste rápido em termos de oferta turística, com as pessoas a revelarem um certo cansaço pela ausência de actividades”. É aqui que a ADRAT quer investir. Na “introdução de novas capacidades de entretenimento, com propostas de todo-terreno, parapente, barco, ou outras”.

Em paralelo, é necessária “a promoção no próprio território”. Por isso, a submedida “Outras Acções Imateriais” contempla as vertentes de Promoção e Animação, Sensibilização Ambiental e Nova Imagem Regional. Acções que incluem a animação sociocultural, apoio a publicações sobre a região, apoio a investigação histórico-cultural, elaboração de catálogos, folhetos e filmes, realização de sessões de esclarecimento, ou campanhas publicitárias. Direccionados para o exterior, mas tendo em atenção a divulgação de actividades e património junto das populações locais.

Compiladas as acções e objectivos traçados pela ADRAT, Montalvão Machado resume a intervenção a dois factores essenciais de desenvolvimento: “conhecermo-nos e termos orgulho naquilo que somos, e termos capital de investimento disponível”.



André Siva / ADRAT

Plano de Desenvolvimento Local Medidas, submedidas e componentes - resumo

MEDIDA 1 – Investimentos

Submedida 1.1 – Investimentos em Infra-Estruturas

Acção 1 – Qualificação Ambiental

Recuperação de espaços naturais degradados; conservação e revitalização de zonas naturais de lazer, desporto e turismo; reforestação natural e criação de condições para recuperação de espécies autóctones.

Acção 2 – Qualificação Patrimonial

Recuperação e adaptação de edifícios com interesse patrimonial; arranjo de conjuntos arquitectónicos de interesse; aumento de atractividade da região; instalação de novos serviços e actividades; e melhoramentos dos serviços e equipamentos existentes.

Submedida 1.2 – Apoio a Actividades Produtivas

Acção 1 – Inovação na Produção

Investimentos em equipamentos produtivos; melhoria de condições de produção; investimento em redes de comercialização de produtos e actividades tradicionais com sinais de inovação.

Acção 2 – Novas Actividades

Investimentos em projectos ligados à rentabilização das potencialidades locais, projectos de animação turística, serviços de proximidade, e ajudas à comercialização de produtos.

Submedida 1.3 – Outras Acções Materiais

Acção 1 – Espaços de Animação Rural

Apoio à instalação de estruturas de lazer e desporto, criação de novos equipamentos para actividades culturais e equipamentos para projectos piloto visando novas actividades em meio rural.

Acção 2 – Afirmção na Ruralidade

Estruturas de apoio à animação cultural, parques museológicos e temáticos, e novas estruturas e equipamentos de promoção etnográfica.

MEDIDA 2 – Acções Imateriais

Submedida 2.2 – Outras Acções Imateriais

Acção 1 – Promoção e Animação

Realização de material histórico-cultural, acções de animação, apoio a publicações sobre a região, fomento do conhecimento da região, e apoio a projectos ligados à pesquisa e revitalização de tradições das comunidades locais.

Acção 2 – Sensibilização Ambiental

Elaboração de catálogos, folhetos e filmes promocionais, sessões de esclarecimento, dinamização de eventos culturais que proporcionem contacto com aspectos ambientais, promover iniciativas inovadoras de formação e sensibilização.

Acção 3 – Nova Imagem Regional

Elaboração de catálogos, folhetos e filmes promocionais, campanhas publicitárias, painéis de promoção, sessões de esclarecimento, e dinamização de eventos culturais que proporcionem contacto com aspectos ambientais.

ADRAT

Associação de Desenvolvimento da Região do Alto-Tâmega



A criação da ADRAT remonta a Outubro de 1990. Nessa ocasião, um "núcleo duro" constituído

pela ACISC – Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Chaves, pela AICAT – Associação de Industriais e Comerciantes do Alto Tâmega, pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Chaves, pela Cooperativa Agrícola de Chaves e pela Câmara Municipal de Chaves, decidem criar uma plataforma interinstitucional onde o desenvolvimento da região do Alto Tâmega pudesse ser debatido e planeadas estratégias integradas que pudessem dar corpo a novas dinâmicas de desenvolvimento. Essa plataforma agregou de imediato novos parceiros, designadamente as autarquias do Alto Tâmega e a respectiva Comissão Regional de Turismo, processo de envolvimento dos actores da região que vem tendo continuidade até aos dias de hoje, altura em que são já 24 as instituições associadas.

Consciente de que o conhecimento da realidade regional e o diálogo de todos os actores é indispensável para uma eficaz intervenção, a ADRAT "assume-se como o espaço propício para a discussão e definição de estratégias e para delinear acções interinstitucionais que visem a dinamização das comunidades locais com vista a valorizar o Alto-Tâmega e, assim, criar condições para que seja melhor viver na região". E se, numa fase inicial, as iniciativas de qualificação do território se apresentaram como prioritárias, o grande desafio em que se encontra actualmente envolvida é o da criação de emprego, motivação que está presente em todos os projectos desenvolvidos e razão pela qual dinamiza o Pacto de Desenvolvimento do Alto Tâmega e participa activamente na actividade da empresa Chaves Parque, recentemente criada. Porque, como afirmam em documento programático, "a criação de emprego é inquestionavelmente uma das bases de qualquer processo de desenvolvimento pois só desta forma é possível garantir a manutenção das populações e até provocar o aumento populacional. Por outro lado, a criação de empregos pode criar condições de salvaguarda ao gradual desaparecimento de sectores tradicionais, como acontece com a agricultura na nossa região."

Montalvão Machado, o Coordenador da Associação, confessa que a ADRAT cresceu demais e que a sua estrutura dificilmente consegue assumir as responsabilidades que lhe são atribuídas. Os 14 funcionários, distribuídos pela sede e pelas delegações de Montalegre e de Valpaços, não têm mãos a medir com o volume de projectos e programas que dinamizam. Ao nível do LEADER +, a associação tem em execução o seu Plano de Desenvolvimento Local e prepara projectos ao Vector 2 nas áreas da geotermia, promoção de

produtos, recursos hídricos, florestas, termas e localização empresarial em meio rural. Actuando numa zona de fronteira com longa tradição de cooperação desde sempre, a ADRAT tem utilizado intensamente o Programa INTERREG, tendo candidatado nove projectos no INTERREG IIIa, um na área Sudoeste e outro na área Atlântico do INTERREG IIIb e três no âmbito da Zona Sul do INTERREG IIIc. A formação é uma das grandes preocupações da associação, estando envolvida na Formação PME (envolvendo 12 empresas do Alto Tâmega) e em actividades no âmbito do Instituto de Emprego e Formação Profissional e do Programa Operacional do Norte. Responsável pelas UNIVAS – Unidades de Inserção Profissional de Montalegre e de Valpaços aspira a instalar uma unidade na própria sede a fim de dar resposta às inúmeras solicitações de apoio com que é confrontada em Chaves. Quatro planos de desenvolvimento local – Rabagão, o país da castanha, Alturas de Barroso e povoações medievais foram já aprovados no âmbito do AGRIS, medida 7, enquanto mais três candidaturas – Tresminas, Lebução e Borralha se encontram a aguardar decisão. No sector da promoção da Região, a ADRAT é responsável pela implementação de um projecto designado "Identidade para o Alto Tâmega", que implica a criação de um logótipo e de uma página Internet, exposição de fotografia, exposição de imprensa regional, exposição de projectos, Kit promocional, cadernos temáticos e, finalmente, a organização de uma Jornadas do Alto Tâmega. Possuindo na sua sede um amplo espaço de exposições – o "Espaço ADRAT", nele dinamiza exposições, mostras e feiras. Pessoa colectiva de utilidade pública desde 1994 e Medalha de Mérito Municipal de Chaves, a ADRAT vê o seu prestígio reflectido numa ampla participação institucional. Integra a Comunidade de Trabalho Galiza Norte de Portugal, a Comunidade Territorial de Cooperação Alto-Tâmega – Monterrey, o Pacto de Colaboração ADRAT – Secretaria Xeral de Desenvolvimento da Xunta de Galiza e tem uma participação activa na Federação Nacional das Associações de Desenvolvimento Local "Minha Terra", na Euromontana – Rede Europeia das Regiões de Montanha, na Comissão de Acompanhamento do P.O.Norte, no Conselho regional Agrário, no Programa de Luta contra a Pobreza, na Rede Regional de Emprego, no Gabinete da Cidade de Chaves, no o Programa RIAT, na Animar e na Delos Constellation.

ADRAT
Terreiro da Cavalaria
5400 CHAVES
Tel: 276340920
Fax: 276340929
E-mail: adrat@mail.telepac.pt

Órgãos Sociais

Assembleia Geral: Presidente Câmara Municipal de Boticas | Secretários Santa Casa da Misericórdia de Chaves, Câmara Municipal de Chaves | **Direcção:** Presidente AMAT - Associação de Municípios do Alto Tâmega | Vice-Presidente Cooperativa Agrícola de Chaves | Vogais ACISAT - Associação de Comércio, Indústria, Serviços e Agrícola do Alto Tâmega; Grupo Cultural Acque Flaviae | **Conselho Fiscal:** Presidente Câmara Municipal de Montalegre | Secretário Cooperativa Agrícola do Norte Transmontano | Relator Câmara Municipal de Ribeira de Pena

Corpo Técnico

Coordenador António Montalvão Machado | Equipe Técnica LEADER+ Gomesindo Chaves, José Luis Gerales, Julieta Martins, Maria Manuela Lage, Maria Teresa Lima

Associados

Cooperativa Agrícola de Boticas, CRL - CAPOLIB; ACISAT - Associação de Comércio, Indústria, Serviços e Agrícola do Alto Tâmega; TEF - Teatro Experimental Flaviense; MONTIMEL - Cooperativa de Apicultura do Alto Tâmega; ANCABRA - Associação Nacional de Criadores de Cabra Bravia; ARATM - Associação dos Agricultores das Terras de Montenegro; Cooperativa de Olivicultores de Valpaços; Cooperativa Agrícola do Norte Transmontano; Grupo Cultural Acque Flaviae; Santa Casa da Misericórdia de Chaves; Casa da Cultura Popular de Outeiro Seco; Associação Nacional de Criadores de Gado da Raça Barrosã; CORRENTE - Associação dos Amigos do Rio Tâmega; AMAT - Associação de Municípios do Alto Tâmega; Adega Cooperativa de Valpaços; Câmara Municipal de Boticas; Câmara Municipal de Chaves; Câmara Municipal de Montalegre; Câmara Municipal de Ribeira de Pena; Câmara Municipal de Valpaços; Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar; Região de Turismo do Alto Tâmega e Barroso; Cooperativa Agrícola de Chaves; COOPAGUIARENSE



António Montalvão Machado
Coordenador

Orgulhosamente nascido em Chaves há 42 anos, António Montalvão Machado é, sem dúvidas, uma das referências do desenvolvimento local em Portugal. Tendo na base da sua formação o Curso

Superior de Arquitectura (abandonado no último ano), o seu perfil profissional foi marcado pelo Curso de Jovens Agentes de Desenvolvimento dinamizado no âmbito do Programa JADE e promovido pelo Ministério do Planeamento e pela Organização Internacional do Trabalho em 1989. Do estágio no Agrupamento de Municípios do Vale do Douro Norte e no NERVIR passa a funcionário da Comissão de Coordenação da Região Norte, desempenhando funções de Agente de Dinamização Económica junto do Agrupamento de Municípios do Alto Tâmega. A partir dessa altura desempenha um papel de grande actividade, estando na base da criação em 1990 da Agência de Desenvolvimento do Alto Tâmega e participando também na criação da ADRAT, desempenhando desde 1992 as funções de Coordenador daquela associação ao longo das gestões do LEADER I, LEADER II e LEADER +.

Interlocutor fundamental das dinâmicas de desenvolvimento da região do Alto Tâmega ao longo da última década, Montalvão Machado faz parte da Comunidade de Trabalho Norte de Portugal-Galiza do programa INTERREG e ostenta ainda no seu curriculum o Curso de Gestão de Projectos de Desenvolvimento do LEDA School de Bruxelas e é Master de Desenvolvimento Local e Comarcal pela Sociedade para o Desenvolvimento Comarcal da Galiza.



Gomesindo Chaves
Técnico Superior de Acompanhamento de Projectos

Tendo frequentado o Curso de Engenharia Florestal da UTAD e um Estágio Prático de Exploração Florestal ministrado pelo Centro de Operações e

Técnicas Florestais da Lousã, Gomesindo Chaves exerce a agricultura na montanha, sendo responsável por uma exploração pecuária e florestal. Colaborando com a ADRAT desde 1995 em alguns dos projectos e iniciativas da associação, entra para os respectivos quadros em 1996, desempenhando funções de acompanhamento técnico de projectos incluídos no Programa LEADER e ainda dos Centros Rurais.



José Luis Gerales
Técnico Superior de Acompanhamento de Projectos

José Luis Gerales é um dos técnicos que deram corpo à actividade da ADRAT desde 1990, integrando a respectiva equipa técnica.

Tendo frequentado o Curso de Economia do ISE, o seu percurso profissional foi iniciado no ensino como professor de Económicas em funções directivas nas escolas em que leccionou, nos anos 70 e 80.

Como técnico superior da ADRAT tem acompanhado os projectos da associação no âmbito dos Programas LEADER, INTERREG, PROTAD, SPEC, PRONORTE, INTEGRAR, OUVERTURE, AGRIS, Pacto Territorial do Alto Tâmega e PORNorte. Para além disso desempenha um papel activo como formador e coordenador de formação em acções desenvolvidas pelo Centro de Emprego de Chaves e pela Câmara Municipal de Chaves.

Do seu curriculum consta uma acção de formação sobre "Estratégias de Desenvolvimento Local – a gestão do processo de desenvolvimento local", ministrada pela LEDA School em Visby (Suécia).



Julieta Martins
Técnica Administrativa

A "voz" da ADRAT, é por ela que passam todos os contactos telefónicos com a associação. E há quem lhe chame a voz mais melódica do LEADER, homenagem justa à delicadeza e ao profissionalismo com que atende todos quantos se dirigem à associação.



Maria Manuela Lage
Técnica Administrativa e Financeira

Com o Curso Administrativo e Financeiro promovido pelo Centro de Formação Profissional de Informática (CESAI), Maria Manuela Lage é técnica da ADRAT, na área administrativa e financeira desde 1993.



Maria Teresa Lima
Técnica Superior e Responsável Financeira

Integrando os quadros da ADRAT desde 1991, esta licenciada em Finanças pelo ISE desempenha as funções de Directora Financeira da associação. É responsável ao nível financeiro, pela implementação de programas como o LEADER, PME, INTERREG, PROTAD, PRONORTE e AGRIS. A sua experiência passa também pela assessoria a empresas na área financeira, formação em Cursos de Contabilidade e Gestão, tendo desempenhado ainda o lugar de Assistente da Universidade Internacional, disciplina de Contabilidade Geral dos Cursos Superiores de Gestão de Empresas e Secretariado Internacional.

Encontro de desenvolvimento local, sustentável, rural e comunitário

Badajoz, 27 e 28 de Fevereiro de 2003

A Diputación de Badajoz, em conjunto com a REDR – Rede Espanhola de Desenvolvimento Rural e a Minha Terra – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local, levou a efeito no final de Fevereiro, em Badajoz, um Encontro ibérico para debater o desenvolvimento local, sustentável, rural e comunitário. Dirigido às associações e agentes de desenvolvimento que, em Espanha e em Portugal, desenvolvem o seu trabalho no âmbito da Iniciativa Comunitária LEADER e do PRODER – programa de desenvolvimento rural espanhol, o Encontro reuniu mais de 250 participantes numa agradável instalação hoteleira dos arredores da cidade.

Como ponto de partida deste Encontro, uma aposta séria no Desenvolvimento Local, afirmada desde o início nos objectivos gerais da sua realização. “O desenvolvimento local afirma-se como um processo capaz de permitir novas vias políticas de organização social” como constava da brochura oficial do Encontro.

Aberto oficialmente na manhã de 27, com a presença do Presidente da Diputación de Badajoz Juan Vazquez Garcia, do Vice-Presidente do IDRHa Fernando Madureira, do representante do Ministério da Agricultura espanhola Francisco Monteiro, do Deputado local Vitoriano Molina e da Coordenadora da Federação Minha Terra Regina Lopes, os trabalhos desenvolveram-se ao longo dos dois dias, entremeados com momentos de convívio e de animação proporcionados por uma organização em que todos reconheceram competência, dedicação e, sobretudo, um grande empenho no trabalho do desenvolvimento local.

O enfoque territorial do desenvolvimento local patente na palestra “O binómio comunidade / território como fundação da construção de uma estratégia de desenvolvimento de base local” foi abordado por Eduardo Figueira, docente da Universidade de Évora e director da Associação ALIENDE. Introduzindo a ideia do local como um “lugar aprendente” no sentido de que “o caminho se faz caminhando...”, Eduardo Figueira deixou a mensagem de que “o desenvolvimento não se oferece, antes tem que ser assumido pelo local, em termos de reivindicação e de gestão”. O professor da Universidade de Córdoba Eduardo Ramos e director da respectiva cadeira de Cooperação para o Desenvolvimento abordou as “Estratégias de trabalho em rede para o desenvolvimento rural”. O enquadramento do mundo rural espanhol e português face à construção da Europa e face às políticas europeias foi abordado com base na definição de um “triângulo impossível” – ampliação a leste; competitividade da agricultura; segurança alimentar. A ideia de uma “visão mediterrânica” ficou subjacente à abordagem das questões do nosso mundo rural. A necessidade de substituir, a curto prazo, a noção de *competitividade* pela

de *viabilidade*, o equilíbrio de objectivos entre eficiência, igualdade e sustentabilidade, o papel do sector público e dos grupos de acção local foram alguns dos pontos tratados ao longo da comunicação. Para concluir que “o mundo rural é um sistema ameaçado”, em que o trabalho em rede se torna essencial. “Abrir-se, contra fechar-se”, um lema para a intervenção de desenvolvimento local.

As mesas de trabalho

Ao longo da tarde os participantes do Encontro dividiram-se por 4 mesas de trabalho, cada uma delas com a participação de um moderador e de dois dinamizadores, oriundos de Portugal e de Espanha. A primeira mesa, “Desenvolvimento local e participação social” debateu a participação dos cidadãos nos processos de desenvolvimento local com base em experiências vividas pelos participantes, designadamente as recentes experiências de orçamento participativo esboçadas dos dois lados da fronteira. A democracia, a solidariedade, a motivação, a participação cidadã, a aquisição de competências; o equilíbrio entre equidade e competitividade, a gestão pública participada, a visibilidade e a transparência da acção política, a democracia no funcionamento dos grupos de desenvolvimento local desembocando na ideia de que as pessoas são o primeiro objectivo das práticas de desenvolvimento local foram os princípios definidos para o Desenvolvimento Local.

O papel dos técnicos de desenvolvimento local foi também alvo de discussão, definindo-se como metodologia de trabalho dos actores de desenvolvimento local a procura de uma maior participação dos cidadãos na definição das políticas de desenvolvimento.

“Desenvolvimento local e políticas financeiras” era o tema da segunda mesa de trabalho.

A “planificação estratégica de objectivos que permita a implicação dos agentes sócio-económicos e institucionais dos territórios”; a “capacidade de influência junto das administrações por partes dos GAL e uma melhor aplicação dos recursos financeiros”; uma “maior implicação, compromisso e priorização do financiamento por parte das administrações locais e regionais” bem como “uma maior implicação do sector privado com especial incidência nos sectores financeiros locais” foram conclusões apresentadas por este grupo de trabalho e que conduziram à proposta sintética: Planificação + implicação + eficiência = Credibilidade.

O terceiro grupo de trabalho debruçou-se sobre o “Desenvolvimento Local: administrações e organizações”.

“O território como base de intervenção converte-se em protagonista activo e passivo do desenvolvimento local”. O êxito do desenvolvimento local acontece “quando o conhecimento e a presença do território foram pressupostos da elaboração de um projecto, tendo-se mantido como referência constante ao largo do programa”.

continua >>



A conexão das políticas macro económicas e da informação estatística com os problemas à escala local, a optimização dos financiamentos públicos e privados, e o diálogo interinstitucional foram exigências apontadas nas conclusões desta mesa.

Finalmente, o quarto grupo de trabalho debruçou-se sobre “Cooperação, redes e desenvolvimento local”. “A cooperação é um instrumento de apoio ao desenvolvimento local e, simultaneamente, um factor de coesão política, económica e social da Europa” foram certas apontadas pelos participantes desta mesa. Por outro lado, todos constataram que “não existem “regras” ou “metodologias” pré-estabelecidas para a cooperação, sendo a cooperação, principalmente uma atitude face ao desenvolvimento local”, verificando-se através de numerosos exemplos referenciados que os projectos de cooperação se constituem como investimentos altamente rentáveis no trabalho levado a cabo nos territórios. Relativamente às redes apontou-se que as mesmas “não devem ser redutoras das capacidades, especificidades e identidade de cada um dos parceiros”.

Três conferências marcantes

O segundo dia de trabalho foi preenchido com três conferências muito significativas. O Professor do ISCTE Rogério Roque Amaro falou sobre “os desafios e as dimensões económicas e geopolíticas do Desenvolvimento local no contexto da globalização e das tensões internacionais actuais”.

O desenvolvimento local foi apontado como uma resposta, possibilitando tornar competitivo o local; reforçar a coesão social, atingir uma sustentabilidade (ecocêntrica e não antropocêntrica como actualmente é considerada), estabelecer um diálogo que não seja meramente interorganizacional e caminhar para uma efectiva ‘governança’ local. Um desafio para os “cidadãos do mundo e do desenvolvimento”.



José María Cerberio, presidente do Fórum Rural Mundial falou sobre “desenvolvimento local em meio rural: cooperação e solidariedade” chamando a atenção para os valores subjacentes ao mundo rural e para a necessidade de uma intervenção concertada ao nível da informação e da acção, objectivos da estrutura a que preside.

Finalmente, Camilo Mortágua, Presidente da Delos Constellation Internacional e “...um saco cheio de experiências”, como Ângela Leon, chefe do departamento de desenvolvimento local da Diputación de Badajoz fez questão de o apresentar, falou sobre “A necessidade da valorização das relações de proximidade a nível local para a definição de novas políticas alternativas à escala mundial”. O conceito de liberdade como base e condição de todo o desenvolvimento, a democracia participativa e participada e o desenvolvimento local e territorializado foram as linhas de força desta intervenção.

O Encontro / Encuentro de Desenvolvimento Local, sustentável, rural e comunitário terminou da melhor maneira, com a aclamação de um Manifesto de Badajoz onde todos os participantes se revêem e comprometem (ver caixa). Uma iniciativa estimulante para todos os presentes, que se deseja ver continuada “talvez do outro lado da fronteira” como sugeriu no encerramento Regina Lopes em nome da Federação Minha Terra.

Francisco Botelho
frbotelho@inde.pt

Manifesto final

Ao longo dos dias 27 e 28 de Fevereiro de 2003, mais de 250 actores e actoras do desenvolvimento local vindos de Espanha e de Portugal, reuniram-se em Badajoz para um Encontro de desenvolvimento local, sustentável, rural e comunitário. Desde há muitos anos que se trocam experiências e reflexões, se estabelecem cooperações multilaterais entre os territórios de ambos os países. Hoje, voltamos a afirmar a oportunidade de uma intervenção local de desenvolvimento. Propomos a necessidade da sua articulação com as realidades nacionais e internacionais bem como a sua capacidade de agir sobre essas realidades. As nossas sociedades têm necessidade de referências éticas e políticas para abrirem novos horizontes e para construir uma democracia ao serviço dos homens e das mulheres. Afirmamos que o desenvolvimento local constitui uma resposta viável e sustentável face à mundialização e à globalização, tendo um papel fundamental na luta contra a exclusão e contra a pobreza.

Este desenvolvimento baseia-se:

- Na possibilidade de cada um se converter em autor e actor do desenvolvimento do seu próprio território;
- Numa visão global da realidade dos indivíduos, integrando preocupações de solidariedade, de desenvolvimento económico, de luta contra a exclusão, de preservação do meio ambiente;
- Numa articulação, à escala local, da fundamental capacidade de iniciativa local com a indispensável coerência das políticas nacionais.

Os territórios que trabalham o desenvolvimento local devem transformar-se no lugar onde quotidianamente são postas em prática as respostas aos desafios mencionados. O desenvolvimento local contribui para o aparecimento de novas formas de produzir e distribuir a riqueza, de alimentar a participação cidadã, de fomentar a democracia para que cada um e cada uma tenham não só com que viver mas também razões para viver.

As associações de desenvolvimento local são catalizadores que evidenciam as nossas riquezas próprias, designadamente a imaginação, a construção de

projectos a partir das colectividades, a solidariedade, a capacidade de iniciativa, a colaboração-associação e a criatividade.

As nossas estruturas de representação, a nível local ou regional, desempenham um papel fundamental, pelo que urge assegurar a sua representatividade e, conseqüentemente, o seu reconhecimento. Para atingir este objectivo de representatividade afirmamos ser essencial que os diferentes tipos de intercâmbio integrem representantes eleitos, actores e actoras do desenvolvimento local bem como os cidadãos e cidadãs.

Os nossos compromissos

Comprometemo-nos:

- A promover, favorecer e evidenciar o desenvolvimento local, para enfrentarmos em conjunto os desafios que se colocam à escala internacional através de um funcionamento em rede baseado na solidariedade;
- A interceder junto dos nossos respectivos governos para que assumam o desenvolvimento local, estabelecendo novas políticas sociais e económicas;
- A interpelar outros actores, designadamente empresas públicas e privadas, para que incrementem a sua participação quer na gestão quer no financiamento do desenvolvimento;
- A exigir aos nossos governos um novo contrato social, que dê prioridade às necessidades dos indivíduos e das comunidades.

Concluimos os Encontros / Encuentros de Desenvolvimento Local, sustentável, rural e comunitário, com a convicção de que um movimento acaba de nascer, que acabamos de criar os vínculos necessários para que a nossa actividade local adquira um novo sentido através da construção de redes de desenvolvimento.

Badajoz, 28 de Fevereiro de 2003

(tradução do espanhol da responsabilidade de Francisco Botelho)

Festival do Peixe do Rio



Terras do Baixo Guadiana

Mais do que uma simples mostra gastronómica, o Festival do Peixe do Rio foi um espaço de animação e convívio entre as gentes, o rio e onde as actividades tradicionais marcaram presença.

A primeira edição do Festival do Peixe do Rio decorreu na aldeia de Pomarão, no concelho de Mértola, durante os dias 22 e 23 de Fevereiro. Esta iniciativa foi promovida pela Câmara Municipal de Mértola e contou com a visita de alguns milhares de curiosos.

Toda esta iniciativa procurou dinamizar e valorizar a pesca tradicional do Rio Guadiana. Esta actividade é praticada desde tempos imemoriais, em pequenas comunidades, de que é exemplo o Pomarão, contando com um elevado número de praticantes. Ainda em meados do século passado os pescadores, neste concelho, eram mais de uma centena. Hoje, é uma

actividade em regressão e contam-se os resistentes pelos dedos de uma mão.

No entanto, este evento foi mais do que uma simples mostra gastronómica, o Festival do Peixe do Rio foi um espaço de animação e convívio entre as gentes, o rio e onde as actividades tradicionais também marcaram presença.

Assim, os visitantes puderam desfrutar dos típicos petiscos (leia-se verdadeiras iguarias) como a lampreia com arroz, as enguias (conhecidas localmente por *irozinhas*) fritas, o muge frito e o barbo de caldeirada, cozinhados mesmo ali, nas tasquinhas montadas para a ocasião.

A Animação também não faltou. Do programa constaram os cantes alentejanos, o acordeão e as harmónicas, interpretados por artistas da terra. Como convidados vieram os Adiafa e um grupo de flamengo.

Para além disso, durante o festival, foi possível efectuar passeios de barco, assistir ou participar em algumas actividades lúdico/desportivas: 1º Trofeu Festival do Peixe do Rio em canoagem, um concurso de pesca e um passeio pedestre "Na rota do minério", e ainda no colóquio "Baixo Guadiana Que Futuro".

Ricardo Rosa

Terras do Baixo Guadiana

Encontro europeu de produtores agrícolas

Organizado pela Association Pais-Alp e a Confédération Paysanne, decorreu entre 31 de Janeiro e 2 de Fevereiro último, em Forcalquier, França, um seminário onde estiveram reunidos produtores agrícolas de quinze países europeus, e cujo principal objectivo passou pela elaboração de uma definição comum da "pequena agricultura familiar" (agriculture fermière) para ser apresentada, posteriormente, à Comissão Europeia em Bruxelas.

Os pequenos produtores agrícolas europeus reivindicam normas sanitárias diferentes das normas da agricultura industrial e, em contrapartida, comprometem-se a produzir produtos saos, de qualidade, respeitando o ambiente, os seres humanos, os animais... Como? Transformando a própria produção: limitando o tamanho das explorações, em função do tipo de produção para permitir a instalação de outras produções e combater assim o crescimento permanente de explorações prejudiciais para o ambiente e relações sociais; vendendo uma parte importante da produção directamente aos consumidores, com o objectivo de encorajar as relações entre produtores e consumidores, procurando assim evitar ao máximo os intermediários.

Os temas tratados ao longo do seminário estiveram subordinados a três grandes temas de discussão: como promover uma produção de qualidade, que responda às expectativas dos consumidores em termos de segurança alimentar; como permitir que inúmeras pequenas explorações possam viver e desenvolver, favorecendo ainda a criação de novas explorações; como dar a conhecer este modo de produção ecológico e socialmente sustentável como sendo a única alternativa para uma indústria agro-alimentar, responsável por crises sucessivas, que esteriliza os solos, polui as toalhas freáticas e contribui para a morte de pequenas produções; temas que se reflectem nas conclusões que saíram deste encontro sob o nome de Declaração de Forcalquier - documento que nos chegou através da IN LOCO (uma das entidades convidadas a participar neste encontro) e que aqui damos conta.

Nota da Redacção

Declaração de Forcalquier

Cem produtoras e produtores agrícolas, representantes de 17 países europeus (Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Hungria, Itália, Noruega, Polónia, Portugal, Suécia, Eslovénia e República Checa), reunidos no seminário de Forcalquier (França), em 31 de Janeiro, 1 e 2 de Fevereiro de 2003, afirmam a necessidade de serem reconhecidos como imprescindíveis na luta para a conservação de inúmeras explorações e de um mundo rural vivo na Europa. Os produtores agrícolas representam a agricultura que as cidadãs e os cidadãos europeus querem.

Trabalhando a nível local em oficinas com uma dimensão humana, produzem alimentos de qualidade, numa relação de proximidade com os consumidores. Respeitam os trabalhadores, os animais, os solos, as paisagens, a biodiversidade

e os recursos naturais. Tem como objectivo a sustentabilidade e não a busca do lucro fácil. A normalização dos produtos, as regras de higiene inadaptadas, uma Política Agrícola Comum que privilegia a industrialização da agricultura, a descida de preços e o crescimento ilimitado das explorações são obstáculos de nível superior para o desenvolvimento do nosso modo de produção. Os produtores agrícolas reivindicam uma Política Agrícola Comum europeia que trabalhe em primeiro lugar, para a defesa de um grande número de produtores agrícolas espalhados por toda a Europa, incluindo também os novos países aderentes.

Forcalquier, 2 de Fevereiro de 2003

Carta de Quioto

O país do Sol nascente foi palco do 3º Fórum Mundial da Água. Entre os dias 16 e 23 de Março, as cidades de Quioto, Osaka e Shiga acolheram cerca de 8000 pessoas ligadas ao mundo da água, prontas a trocar experiências em prol da resolução de problemas comuns a milhões e milhões de seres humanos, como o acesso à água, a poluição, as inundações, as secas, etc. Depois da Conferência sobre o Aquecimento Global, depois do Protocolo, Quioto volta a ser ponto de convergência de uma legião de “defensores” de um desenvolvimento sustentável. Entre estes encontrava-se Catarina Fonseca, do IRC – International Water and Sanitation Centre, em Delft, na Holanda. O acontecimento foi inovador, assemelhando-se a uma sessão de julgamento gigante onde os impactos de abordagens de género *versus* políticas, instituições e programas de água e saneamento foram analisados por um júri, em representação de governos, organizações privadas, ONG, peritos independentes e organizações internacionais.

O *Pessoas e Lugares* decidiu aproveitar a presença da antiga colaboradora da INDE para lhe encomendar um artigo sobre este tema global, visto de um ângulo nacional, e retratando a realidade portuguesa em matéria de água potável, saneamento básico, tratamento de águas residuais *versus* gestão pública e privada.

A perita em Gestão de Abastecimento de Água para a Comunidade aceitou desde logo o nosso desafio e pôs-se a braços para descobrir os elementos portugueses presentes no Fórum. Foi assim que aconteceu o luso-encontro com o ex-Secretário de Estado do Ambiente, José Eduardo Martins, o Adjunto para as Relações Internacionais do Secretário de Estado do Ambiente, Nuno Lacasta e o Vice-presidente do Instituto da Água, Nuno Lacerda. Em cima da mesa esteve o III Quadro Comunitário de Apoio a Portugal (2000-2006), ou seja, entre outras coisas, seis biliões de Euros para o aumento do acesso à água potável e saneamento. Segundo o Relatório do Estado do Ambiente 2001, os índices da população abastecida com água potável ao domicílio (atendimento médio nacional) chegam aos 90%; o objectivo comunitário para 2006 é de 95%. Ao nível de sistemas de tratamento de águas residuais, em 2000 só 50% da população beneficiava destes sistemas; 90% é a meta europeia para 2006.

Nota da Redacção

Factos mundiais relativos à água potável e ao saneamento¹
7 milhões de pessoas morrem cada ano devido a doenças relacionadas com a água (qualidade ou acesso):

1.4 biliões de pessoas não têm acesso a água potável:

2.3 biliões de habitantes não têm saneamento adequado:

O consumo de água médio diário, em áreas residenciais na Europa situa-se entre os 250 e 350 litros por habitante;

O consumo de água médio diário na África subsariana situa-se entre os 10 e os 20 litros por habitante;

Os habitantes mais pobres de países em desenvolvimento pagam em média 12 vezes mais por litro de água do que os habitantes de países desenvolvidos².

O Alentejo e as Beiras são as principais áreas de Portugal com problemas de água e saneamento: no Sul o principal problema reside na disponibilidade de água, no Norte diz respeito à qualidade da água disponível.

No 3º Fórum Mundial da Água, o Secretário de Estado do Ambiente, José Eduardo Martins explicou que os seis biliões de Euros disponíveis vão ser canalizados principalmente para a construção de infra-estruturas para água canalizada, sistemas de esgotos e estações de tratamento de águas, esperando-se aumentar em 2006 para 95% os índices da população servida de água potável e para 89% relativamente ao saneamento adequado.

Para que estes números se tornem realidade é essencial o envolvimento do sector privado, através de parcerias com o Estado, como referiu o Vice-presidente do Instituto Nacional da Água, Manuel Lacerda, ao afirmar que “a EPAL em Lisboa é um excelente exemplo de uma efectiva parceria entre o sector público e o privado”.

A participação do sector privado tem sido reconhecida como uma forma de tornar os serviços de água e saneamento mais eficientes. No entanto existem muitos exemplos onde esta eficiência tem sido atingida à custa de uma pobre qualidade na prestação do serviço e um aumento significativo do preço pago pelos consumidores. “Por isso mesmo precisamos de defender os interesses dos consumidores com regulamentação adequada, garantindo tarifas razoáveis e diferenciadas consoante os usos” completa Manuel Lacerda, defendendo também que “o sector privado não responde a todas as necessidades, o papel do Estado é ainda muito importante nalguns casos”. Se é possível imaginar médias e grandes empresas interessadas em providenciar um serviço potencialmente rentável nas áreas urbanas, não existem muitos incentivos para que estas empresas expandam os seus serviços a áreas rurais, nomeadamente em áreas com populações muito dispersas como é o caso do Alentejo.

No sector da água e do saneamento, a construção de infra-estruturas é a fase mais custosa, mas também a mais simples. O principal problema reside na gestão e manutenção a médio e longo prazo das infra-estruturas construídas. Existem alguns aspectos cruciais que foram deixados para segundo plano pelo actual Governo e que se não forem tomados em conta, poderão por em risco a sustentabilidade e utilidade dos seis biliões de Euros investidos: as capacidades existentes a nível municipal para a gestão dos sistemas de abastecimento de água e saneamento e monitoria do sector privado, e as decisões relativas ao uso eficiente da água.

Uma das principais consequências das parcerias do sector público com o privado, ou de um maior envolvimento na gestão de recursos hídricos de municípios, é o aumento a nível local das responsabilidades financeiras, operacionais e técnicas. O sector privado não é sinónimo apenas de médias e grandes empresas, existindo, neste cenário, oportunidades para pequenos empresários locais no apoio prestado aos municípios, quer ao nível de técnicos qualificados quer de fornecimento de materiais. Todavia, mesmo que seja o sector privado a gerir o abastecimento de água e o saneamento, o município deverá fazer parte da monitoria na prestação do serviço. Ora como estas capacidades são muitas vezes inexistentes e não se criam de um dia para o outro, aumentar efectivamente a percentagem de população abastecida com água potável e saneamento requer fortes medidas em termos de formação e capacitação a nível local, e para as quais têm que existir verbas especificamente orçamentadas.

Dada a complexidade institucional, os processos de descentralização por eles mesmos não melhoram necessariamente os serviços prestados. Quando existem diversas instituições com responsabilidades diferentes poderá ser difícil melhorar a situação, uma vez que a falta de coordenação a nível nacional tornará mais complicado o funcionamento dos serviços a nível local.

Um dos aspectos que normalmente não é da responsabilidade específica de nenhum Ministério é a monitoria e decisões sobre o uso eficiente da água. Em áreas em que o recurso é escasso e as novas práticas agrícolas exigem maiores quantidades de água, são necessárias decisões quanto à quantidade, qualidade e fontes de água a serem utilizadas. O desafio principal para o Governo é produzir e implementar legislação efectiva sem reverter para um processo de decisão centralizado. Deverá existir espaço para que os municípios expressem as suas opiniões no desenvolvimento da legislação. Estes têm muito mais experiência com potenciais ou reais conflitos locais, capacidade de pagamento das comunidades, custos de oportunidade, etc. O envolvimento e consulta é também essencial para que aqueles que estão envolvidos se sintam responsáveis e motivados pela gestão local dos recursos hídricos, a única forma possível para que num futuro próximo Portugal atinja níveis de cobertura de água potável e saneamento na ordem dos 100%.

¹ World Water Council
² World Commission on Water for the 21st Century

Feira de Agricultura Familiar

Desde Agosto de 1999 que Gouveia recebe todos os últimos sábados do mês, das 9 às 12 horas, a Feira Mensal de Agricultura Familiar. Aberta a todos os agricultores que façam venda directa dos seus produtos, esta feira apresenta um leque muito variado de oferta: de horticolas a frutas, até todo um conjunto de produtos transformados pelos próprios agricultores.

A Feira surgiu de uma Acção de Formação, financiada pela Medida 2 do Sub-Programa Integrar, "Hortas Familiares", e tem como objectivo criar mercado para as pequenas produções dos produtores locais. Desde há alguns anos que quase se extinguiram os chamados "intermediários" que andavam de terra em terra a comprar os produtos aos agricultores. Hoje, estes agricultores ficam com os produtos em casa, deixando progressivamente de cultivar as suas courelas. "Os baixos preços em nada ajudam", dizem muitos agricultores. A pequena agricultura, além de uma grande importância ecológica, tem também um grande valor social. Uma grande parte dos pequenos agricultores são mulheres idosas, com muito baixos rendimentos e para quem a venda dos excedentes agrícolas é relevante. Se numa manhã, na feira, uma agricultora vende 15 euros isso pode representar quase 10 por cento do seu rendimento mensal. Há mesmo a ideia de que muitas idosas, com mais de 70 anos, se deixassem de ir cultivando depressa adoeceriam e até morreriam. A agricultura familiar é para estas pessoas uma actividade que lhes mantém a saúde, alegria e vontade de viver.

Este movimento da Agricultura Familiar em Gouveia foi dinamizado pelo GAF – Grupo Aprender em Festa, que hoje, através do Projecto de Luta Contra a Pobreza "Gouveia Solidária", continua envolvido na Feira assim como no apoio à Cooperativa "Terra Preservada". Esta Cooperativa está a dar um apoio efectivo à comercialização dos produtos da Agricultura familiar através da venda semanal, com entrega ao domicílio, dos Cabazes "Terra Preservada". Estes cabazes contêm os produtos comprados directamente aos agricultores locais que cultivem para a sua própria alimentação e vendam os excedentes, garantindo a qualidade e segurança do que é local. Todo este processo é muito ao nível micro. Na Feira de Agricultura Mensal aparecem cerca de meia dúzia de agricultores e a Cooperativa Terra Preservada vende cerca de 20 cabazes. Mas, o que nos motiva é verificar que apesar de muitas dificuldades, a Feira já tem três anos, a Cooperativa Terra Preservada instalou-se há dois anos em Gouveia, e a DRABI já deu atenção a este processo que "rema muito contra a corrente". Neste Movimento da Agricultura Familiar em Gouveia têm cooperado o GAF, com o Projecto de Luta Contra a Pobreza "Gouveia Solidária", a Câmara Municipal de Gouveia, a Associação de Agricultores do Distrito da Guarda, a Cooperativa Terra Preservada e a Associação BeirAmbiente que deu um grande contributo para o arranque desta dinâmica em 1999.

José João Rodrigues
GAF

Mulher Barrosã

A Probarroso - Associação de Promoção e Desenvolvimento do Barroso, em articulação com a Comissão Europeia e Direcção-Geral da Educação e Cultura, desenvolveu o projecto "Barrosã: Cidadã Europeia", visando a aposta na informação e formação para a cidadania Europeia, destinada especificamente às mulheres dos concelhos de Botica e Montalegre.

Os objectivos fundamentais do projecto são "reforçar e fortalecer os valores da cidadania no quadro da União Europeia, facilitar a participação dos cidadãos na construção do presente e do futuro dos seus territórios e afirmar a importância da educação para a auto-estima".

Nesse sentido, a Probarroso promoveu a realização de 96 debates, três conferências (subordinadas aos temas: *A participação cívica para a construção europeia*, *A organização local no quadro da União*, e *O património Barrosão no continente europeu*), e um seminário final, que teve lugar em Salto, estruturado em torno de cinco temas: Legislação Europeia para a cidadania, Organização de micro-empresas no quadro da União Europeia, Tempo livre para as crianças e jovens, Iniciativas europeias para o emprego, e Telemática contra a exclusão.

Fruto destas iniciativas de educação resultou a intervenção formativa e informativa de 884 mulheres residentes no território do Barroso (que participaram nos debates realizados), bem como a formação para a cidadania de 111 mulheres presentes nas conferências e de 47 mulheres que assistiram ao Seminário. Para além dos resultados formativos previstos, a reflexão e discussão dos problemas considerados como os mais graves pela comunidade dos dois concelhos deu origem a um conjunto de propostas de resolução ou correcção dessas situações, que vão ser apresentadas aos municípios e juntas de freguesia locais, ao mesmo tempo que se verificou a constituição de uma associação para a cidadania, denominada "Casa Barrosã", tendo como objectivo principal um desenvolvimento comunitário durável, utilizando uma metodologia de aprendizagem de acordo com a comunidade. Para o ano de 2003, a "Casa Barrosã" já tem previstas um conjunto de actividades, entre as quais a elaboração de cinco cursos de formação profissional em colaboração com o Instituto Protiforma, que vão ter lugar nas localidades de Cabril, Salto, Ferral, Sezelhe e Alturas do Barroso.

Em consequência do trabalho realizado, a Probarroso produziu ainda um CD rom com todos os detalhes, conteúdos e apresentações dos debates, conferências e seminário, que está disponível para envio a todas as entidades interessadas no estudo.

João Limão

A partir de agora este espaço é seu... Aqui é você quem escreve. Diga-nos do que mais gosta e do que não gosta no *Pessoas e Lugares*, deixe sugestões, dê ideias, faça comentários.

Faça-nos chegar as suas opiniões por correio, fax ou e-mail, reservando-se a Redacção o direito de condensar as cartas, se tal for necessário, tentando respeitar ao máximo as ideias do autor.

INDE - Pessoas e Lugares
Av. Frei Miguel Contreiras, 54 -3º
1700-213 Lisboa
Fax: 21 8435871
E-mail: pl@inde.pt

» 11 DE FEVEREIRO DE 2003

Vimos por este meio felicitar o vosso jornal pelo trabalho realizado no território do Nordeste Algarvio/Baixo Guadiana, uma reportagem que consideramos de grande qualidade profissional e que concertiza contribuirá para a promoção deste "canto de terra encostado à fronteira" e das suas gentes. Com os melhores cumprimentos e os desejos de continuação de um bom trabalho pelo Desenvolvimento Local no país.

Francisco Parrot Morato
Presidente da Direcção da Associação Terras do Baixo Guadiana

» 5 DE MARÇO DE 2003

Recebemos e agradecemos o exemplar do Jornal *Pessoas e Lugares*, que teve a gentileza de nos enviar e que integra uma excelente peça sobre o nosso Museu. Os meus parabéns a todo o Conselho Editorial pela escolha e pelo excelente tratamento do tema da lá e do homem neste nº3 de Outubro de 2002. Reiterando os meus agradecimentos apresento, com votos de continuação de bom trabalho, as minhas cordiais saudações.

Elisa Calado Pinheiro
Directora do Museu de Lanifícios

» 5 DE FEVEREIRO

Gostei imenso do vosso jornal. Penso que era mesmo o que faltava. Já tirei ideias e algumas procurarei pô-las em prática. Agradeço que continuem a enviar o jornal ainda que tenhamos de o pagar. Parabéns.

José Manuel Nunes Campos
Presidente da Junta de Freguesia de Foios





MANIFESTA
1 a 4 de Maio

A MANIFESTA é uma realização bianual promovida, desde 1994, pela ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local – em conjunto com as organizações suas associadas com intervenção na região do país escolhida para a realização do evento, as autarquias e outras entidades que a ele se queiram associar ou patrocinar.

É um espaço polivalente, onde se organizam em simultâneo a Assembleia, a Feira de produtos e actividades, a Mostra de projectos e estruturas, o Festival Cultural, os Debates Temáticos, a feira de Publicações, Exposições, Passagens de Modelos, etc.

A próxima edição – a quinta – realiza-se em Serpa, Baixo Alentejo, entre os dias 1 a 4 de Maio de 2003. Nela estarão representadas associações nacionais e internacionais com intervenção nas diversas áreas do desenvolvimento local e na “economia social/ 3º sector”, que darão a conhecer as suas preocupações e projectos em áreas tão diversas como a cultura, ecologia, educação de jovens e adultos, formação profissional, combate à pobreza, promoção das mulheres, divulgação das actividades artesanais, turismo rural, defesa dos produtos regionais certificados, preservação dos usos, costumes e saberes tradicionais, desenvolvimento dos meios rurais, apoio e promoção da intervenção cívica pelo exercício da cidadania activa, entre muitas outras.

Para mais informações sobre o evento, contactar:
Rota do Guadiana
Tel.: 284 549220
Fax: 284 540225
[E-mail: ew.rota@mail.telepac.pt](mailto:ew.rota@mail.telepac.pt)

Ou consultar o sítio da Manifesta:
www.manifesta-serpa.com

Passeios da Primavera
Abril, Maio e Junho

A MARCA - Associação de Desenvolvimento Local de Montemor-o-Novo organiza entre Abril e Junho a 5ª edição dos “Passeios da Primavera - A descoberta de paisagens e lugares além Tejo”, que integra cinco percursos pedestres. A iniciativa tem por objectivo divulgar o património cultural, paisagem, geologia, flora e fauna da região, e estimular a reflexão sobre as transformações recentes no espaço rural no Alentejo e novos usos na perspectiva do lazer, turismo cultural e de natureza.

Nesta 5ª edição, a proposta é percorrer caminhos sob orientação de especialistas na área da arqueologia, medicina natural, zoologia, botânica, gastronomia e orientação na descoberta e interpretação do território. Muito resumidamente o programa é o seguinte: Plantas medicinais e aromáticas no sítio de Monfurado com um ervanário (12 de Abril); Fauna e flora do sítio de Cabrela com um zoólogo e uma botânica (10 de Maio); Testemunhos megalíticos com um arqueólogo (24 de Maio); Cozinha alentejana no monte com uma conhedora de artes culinárias (31 de Maio); Património natural e cultural numa perspectiva lúdica, com um especialista em orientação (14 de Junho).

Para mais informações e inscrições, contactar:
MARCA-ADL
Tel./Fax: 266 891 222
[E-mail: marca.adl@mail.telepac.pt](mailto:marca.adl@mail.telepac.pt)

II Aquapaper de Abrantes
10 de Maio

Canoagem, Orientação, Estratégia, Observação, na Albufeira de Castelo de Bode, dia 10 de Maio, é o desafio que a TAGUS - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior lança ao organizar este II Aquapaper.

Assente no sucesso que foi a primeira edição, a TAGUS pretende com este II Aquapaper de Abrantes organizar uma jornada onde o divertimento seja constante e a boa disposição impere, para que culmine num dia de agradável contacto com o plano da Albufeira de Castelo de Bode, a sua paisagem e a cultura de quem em seu redor habita. Aberta a canoas e kayaks com tripulações masculinas, femininas e mistas, maiores de 16 anos, esta competição irá por à prova os seus participantes desafiando a sua sabedoria e perspicácia, confrontando-os com a sua destreza no contacto com a natureza.

Para saber mais, contactar:
TAGUS
Tel. 241 372180
Fax: 241 331610
[E-mail: tagus.adiri@mail.telepac.pt](mailto:tagus.adiri@mail.telepac.pt)

1º Seminário Técnico Internacional
- Tratamento de Águas Residuais em Zonas Húmidas
Artificiais
8 a 10 de Maio

Divulgação, com rigor e profundidade, das principais componentes da tecnologia de Tratamento de Águas Residuais em zonas húmidas artificiais (também designadas por Fito-ETAR's/Leitos de macrófitas), é o objectivo fundamental deste seminário que decorrerá de 8 a 10 de Maio, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, e que contará com a presença dos mais conceituados especialistas nesta matéria, incluindo diversos membros do grupo da International Water Association (IWA). Uma organização conjunta do ICN - Instituto da Conservação da Natureza e do INAG - Instituto da Água.

Para mais informações úteis, programa, etc. contactar:
INAG
Tel.: 21 8430400
Fax: 21 8430933
[E-mail: madalena.mesquita@inag.pt](mailto:madalena.mesquita@inag.pt)
[Site: www.inag.pt](http://www.inag.pt)

1º Fórum Social Português
7 a 10 Junho

“Construir um Portugal melhor num Mundo diferente” é o lema do 1º Fórum Social Português (FSP) que se realizará em Lisboa, de 7 a 10 de Junho. Inspirado no Fórum Social Mundial e no Fórum Social Europeu, o FSP pretende ser um espaço de diálogo que promova e facilite a intervenção cívica. Podem integrar o FSP todos os indivíduos, associações e movimentos sociais que consideram que um outro mundo mais pacífico, justo, solidário e sustentável é não apenas indispensável, mas possível.

Para saber mais, consultar a página do FSP:
www.forumsocialportugues.org

40ª Feira Nacional da Agricultura
50ª Feira do Ribatejo
7 a 15 de Junho

Este ano, a mais importante mostra do país dedicada à actividade agrícola terá lugar entre os dias 7 e 15 de Junho, no CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, em Santarém, à semelhança dos últimos anos. Para além da exposição propriamente dita, dedicada à agricultura, pecuária e artesanato, os concursos de coudeleiras, de traje de equitação, largadas de toiros, desfiles de campos, folclore, são algumas das actividades que habitualmente fazem parte do programa deste evento que recebe todos os anos a visita de milhares de pessoas.

Para mais informações:
CNEMA
Tel.: 243 300300
Fax: 243 300301

V Feira de Agricultura Biológica, Ambiente e Qualidade de Vida
18, 19 e 20 de Julho

O Centro de Informação e Animação Rural Europeu - Carrefour Norte Portugal/IDARN e a AGROBIO - Associação Portuguesa de Agricultura Biológica em colaboração com a Câmara Municipal do Porto vão organizar a V Feira de Agricultura Biológica, Ambiente Qualidade de Vida, que vai ter lugar no Mercado Ferreira Borges, na cidade do Porto, de 18 a 20 de Julho.

O interesse crescente dos consumidores pelos problemas da segurança alimentar e pelas questões ambientais tem contribuído para o desenvolvimento da agricultura biológica nestes últimos anos, razão pela qual, o Carrefour Norte Portugal e a AGROBIO vão realizar, mais uma vez, esta feira que estão crentes, poderá dar um contributo significativo para o desenvolvimento da agricultura biológica.

Para mais informações, contactar:

Carrefour Norte Portugal
Tel.: 252 660427 Fax: 252 661780
[E-mail: cir.norte@mail.icav.up.pt](mailto:cir.norte@mail.icav.up.pt)

AGROBIO
Tel.: 21 3641354 Fax: 21 3623586
[E-mail: agrobio@agrobio.pt](mailto:agrobio@agrobio.pt)

Ou <http://www.idarn.pt/carrefour>

Bordado Antigo dos Açores
Até 30 de Setembro

Cem peças exemplificativas das distintas funcionalidades que o bordado dos Açores contém, elaboradas pacientemente por gerações de mulheres das ilhas de S. Miguel (bordado azul e branco), da Terceira (bordado a branco) e do Faial (bordado a palha de trigo), desde os finais do século XIX até 1950, apresentam-se numa exposição patente até ao próximo dia 30 de Setembro, no Museu Nacional do Traje e da Moda, em Lisboa.

Para saber mais:
www.museudotraje-ipmuseus.pt
[E-mail: mntraje@ipmuseus.pt](mailto:mntraje@ipmuseus.pt)
Tel.: 21 759 0318
Fax: 21 759 1224



Água - Desenvolvimento e Bem-Estar

Cavaco, Carminda e Simões, José Manuel; Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar (GPPAA), Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 1998

A água como fonte de vida, factor de produção, agrícola ou industrial, fonte de energia, condição e progresso económico e social, elemento de embelezamento, de ócio, de repouso da alma e de sonho, foi o ponto de partida de Carminda Cavaco e José Manuel Simões, geógrafos, professores e investigadores da Universidade de Lisboa, para escrever e ilustrar este livro. Um livro sobre a água: a água que fecunda, produz, move, transporta, cura e recria, se disputa e se consome e, cada vez mais, mais escasseia, sobretudo a boa água para consumo humano ou para a rega.

Organizada num grande formato (30,5 x 26,5 cm), esta obra apresenta ao longo das suas 238 páginas, ricamente ilustradas, não só o recurso água nas suas múltiplas dimensões como, ao considerar os problemas crescentes da gestão da água, deixa algumas ideias na perspectiva do amanhã, apoiadas na necessidade de se valorizar e gerir a água de forma global, integrada, concertada e sustentável.

A tomada de consciência por todos (e não apenas pelos cientistas), dos problemas de compatibilização dos usos múltiplos da água e do seu papel de pré-condição do desenvolvimento e do bem-estar das sociedades actuais e futuras, é, no fundo, a proposta que deixa este livro que "assumiu proposadamente um carácter de divulgação e uma apresentação que convida à leitura e à reflexão".



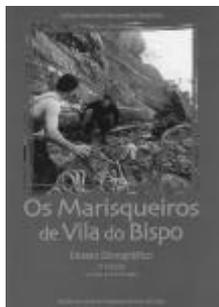
Moinhos da Baságueda - Comunidades rurais: Saberes e Afectos

Marcelo, M. Lopes; A Mar Arte e ADRACES, 1999

Partindo da caracterização física, económica e social do património natural e humano que serviu de base às comunidades rurais dos Moinhos da Baságueda - enquadradas pela vila de Penamacor e a freguesia de Aranhas - *Moinhos da Baságueda - Comunidades rurais: Saberes e Afectos* propõe uma viagem de redescoberta... Juntando as suas próprias memórias às de outros "filhos do rio", Lopes Marcelo propõe, ao longo das quase 300 páginas que dão corpo a este livro, um diálogo com os elementos fundamentais da matriz cultural rural destas comunidades que, ao longo de várias gerações, valorizaram o rico património natural da Baságueda.

Pelo seu significado na economia rural destas comunidades, o livro centra-se nos moinhos. A abordagem inicia-se pela vertente histórica, avança para a tecnologia do sistema tradicional de moagem e termina no engenho e arte da construção do rodízio, que é expressão da genuína capacidade artesanal de sucessivas gerações, inventivamente aplicada em dar solução às necessidades concretas do dia a dia.

Tendo representado desde sempre um espaço de liberdade e de convívio privilegiado entre as pessoas e a natureza, os territórios dos moinhos - que o autor designa de "territórios de afectos" - também são aqui demoradamente "revisitados", numa colorida e emocionada incursão pelas histórias da sabedoria e vivência populares, usos, costumes e tradições de várias gerações, que aqui são recordadas nos seus afazeres, crenças, cantares, gastronomia e lazeres.



Os Marisqueiros de Vila do Bispo - Ensaio Etnográfico

Baptista, Carlos Manuel Maximiano; Junta de Freguesia de Vila do Bispo, 2001

Da autoria de um antropólogo e jornalista, *Os Marisqueiros de Vila do Bispo* fala dos homens que se dedicam à apanha de percebes - simples e rudes, corajosos e destemidos, verdadeiros "cavadores" do mar.

Privilegiando os materiais etnográficos recolhidos de uma convivência quotidiana e prolongada com os marisqueiros de Vila do Bispo, Carlos Baptista dá-nos um retrato da vida real destes homens, cujo rendimento proveniente da apanha desta espécie de marisco é igual ou superior a 50 por cento do seu rendimento global, revelando muitos dos aspectos relacionados com a faina do mar.

Incidindo no conhecimento das formas culturais estruturantes da identidade profissional dos marisqueiros que dedicam a maior parte do seu tempo total de trabalho à apanha de percebes, esta obra apresenta-se como um contributo para o estudo mais aprofundado da temática da pesca na Costa Vicentina. Ao mesmo tempo, esta viagem ensaísta por Vila do Bispo pretende sensibilizar/alertar para uma correcta gestão de um recurso marinho que corre perigo de extinção.

www.aderes.no.sapo.pt



Site da ADERES - Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul, fundada em 1994, com o objectivo de definir e implementar acções e projectos de desenvolvimento integrado na sua área social.

Na página inicial pode visualizar entradas para oito secções. A *Apresentação*, dá a conhecer a história da ADERES, e explica os pressupostos da intervenção. Os dez principais *Objectivos* da associação na sua intervenção territorial são apresentados na secção com o mesmo nome, enquanto o *Território*, dá a conhecer a Estrela-Sul, composta por 13 freguesias dos concelhos da Covilhã e Fundão, e proporciona indicadores actualizados sobre o território.

O LEADER II permite acesso a um curto resumo das actividades desenvolvidas pela ADERES, no qual foram apresentados 108 projectos, sendo aprovados 85. Já no LEADER+ é exposta informação detalhada sobre este programa, sendo traçados os Objectivos Gerais do PDL LEADER+ e apresentadas as Acções no âmbito das Medidas e Submedidas.

Na secção *Produtos Locais* é possível aceder a uma listagem de alguns dos principais produtos característicos da região. As *Outras Actividades* garantem informação sobre a Equipa Técnica LEADER+, a *Apresentação de Candidaturas*, órgão de gestão, controle e avaliação, eventuais *Destinatários*, e *Como apresentar uma Candidatura*. Por fim, em *Notícias*, podemos saber as últimas relacionadas com as actividades da ADERES, numa secção que peca por alguma desactualização. Tudo, num *site* de fácil acesso e muita informação disponível e actualizada.

www.inag.pt



Tudo sobre a água, recursos hídricos, infra-estruturas e planeamento. É o que pode encontrar no *site* do INAG - Instituto da Água, organismo que tem por missão executar as políticas de recursos hídricos a nível nacional.

Por entre a diversificada informação que o *site* disponibiliza, são apresentados os objectivos delineados: Planeamento e Gestão de Recursos Hídricos, Planeamento e Gestão da Costa, Quantidade e Qualidade da Água, Infra-estruturas Hidráulicas, e Sistemas de Informação e Cooperação.

Noutra secção é apresentado o SNIRH - Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos, que é o sistema de informação sobre a água, do Ministério do Ambiente, no qual constam vários itens sobre Dados sintetizados, Dados de base, Relatórios / Actividades Técnicas, Atlas da Água, Divulgação e Relações Internacionais, sem esquecer o Planeamento e Gestão, Folhetos, e Legislação Nacional e Iniciativas.

O Plano Nacional da Água, que proporciona uma nota introdutória a este Plano, a CNPGB - Comissão Nacional Portuguesa das Grandes Barragens, e a Directiva Quadro da Água, com uma apresentação detalhada, uma breve resenha histórica e acesso a um pdf da DQA, também são referenciados, enquanto, pelo meio, ainda temos acesso ao Plano Regional da Água dos Açores, em versão para consulta pública e ao Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água.

www.templar.online.pt



Sociedade constituída no âmbito da intervenção LEADER I da ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte, e na qual esta associação é sócia maioritária, a Templar - Rotas e Destinos Turísticos, Lda,

surge vocacionada para o turismo activo.

As actividades desenvolvidas estão centradas na aventura e construção técnica de exercícios para acções de formação e animação *in e outdoor*. O *site* faz uma breve apresentação da Templar, e abre um espaço informativo para as suas quatro áreas de actividade: Descoberta e Aventura, Animação Temática, *Outdoor Learning*, e Templar CLUB.

Arco e Flecha, BTT, Canoagem, Escalada, Orientação, Rappel, Navegação 4x4 ou Orientação Pedestre são algumas das actividades concebidas no âmbito da Descoberta e Aventura, enquanto a Animação Temática disponibiliza programas com uma forte componente lúdica, destinados a reforçar a coesão grupal, como a Aventura dos sentidos (orientação nocturna), Fuga para o Espaço (para-queidismo - curso de dois dias com salto automático), ou Pentagrama (jogos de estratégia). Semelhante nos propósitos, o *Outdoor Learning* assenta numa nova fórmula que passa por transpor os problemas, desafios e riscos vividos na empresa para situações vividas em cenários diferentes do habitual, por forma a fortalecer as competências profissionais. Por fim, o Templar Club possibilita a organização de programas e viagens de prestígio, de acordo com os interesses manifestados por clientes e colaboradores.

O *site* dispõe ainda de um útil ítem para Contactos e Reservas, que podem ser encaminhados via *e-mail*.

Termas de Chaves

Banhos quentes de saúde

Lá por detrás dos montes, numa bacia rodeada de montanhas arborizadas, fica a cidade de Chaves, terra raiana, a quem “nunca ninguém dá nada de mão beijada”. Longe do litoral centralizador, mas às portas da Europa, há muito que Chaves decidiu tirar partido das suas riquezas intrínsecas, virando as costas ao fantasma da interioridade. Outrora, as minas de ouro constituíam-se como a principal fonte de atracção. Mas tanto ontem como hoje emana das profundezas da Terra Quente Transmontana outro prenúncio de riqueza: a água.



Das entranhas da terra quente brota água a 73° C. Há dois mil anos os homens já honravam este fenómeno da natureza. Na era romana baptizaram o sítio de *Aquae Flaviae*, ou seja, as Águas de Flávio. Flávio Vespasiano, imperador romano de 69 a 79 dC, pisou as terras lusitanas e legou o seu nome à região. De *Aquae Flaviae* passou a chamar-se *Flaviae* até se adoptar o topónimo final de Chaves. Qualquer ligação entre o objecto metálico do dia-a-dia e a cidade é fictícia. Assistiu-se, sim, a uma vulgarização da terminologia latina.

O tempo foi passando e as águas termais foram ora exaltadas ora reduzidas à sua expressão mais pura. Com o crescimento da religião assombraram-se os espíritos e o culto da alma passou a prevalecer sobre o culto do corpo. Julgadas pagãs e hedonistas as termas vestiram-se de “pudor”. Não obstante, os populares crédulos das virtudes milagrosas das caldas continuaram a usar as águas mesmo depois do balneário ter sido destruído. “Faziam buracos no chão, onde se enteravam porque acreditavam que assim se curavam.”

Nos finais do século XVIII e princípios do século XIX, as termas renasceram com Vidago, Curia, Vizela, etc. Em Chaves venceu o *status quo*. “O povo considerava que aquilo era uma nascente pública” e, segundo a descrição de Mário Carneiro, há 56 anos director clínico das Termas de Chaves, “havia um poço, que parecia um jazigo, com grades de ferro à volta, um buraco no meio, água a borbulhar e um púcaro de lata de haste ao lado”. Enquanto noutras estâncias termais do país os *Palaces* tinham sempre casa cheia, em Chaves as águas escaldantes eram usadas e abusadas para “lavar panelas ou depenar galinhas”.

Entretanto aconteceram os progressos da indústria farmacêutica, com o seu rol de

medicamentos milagre; aconteceu a moda das praias e, por tudo isso, as termas entraram de novo em decadência. Porém, o conhecimento que se ia adquirindo pelo uso indevido de medicamentos, o abuso e até medo dos raios solares pela exposição desregada ao sol, levaram a que muita gente se voltasse de novo para as águas termais, indo assim ao encontro dos seus efeitos benéficos e das suas virtudes curativas. Em 1934, a Câmara Municipal de Chaves, dona de uma “licença para explorar as nascentes das águas termais” manda construir no lugar do poço uma tímida *buvette*, ornamentada com colunas e rodeada por um muro de protecção. Quarenta anos depois da *buvette*, mais de dois milénios depois do Balneário romano, é inaugurado o Grande Balneário de Chaves. Em 1972, dois milénios depois das termas romanas, é inaugurado o balneário de Chaves. É um sucesso, mas sabe a pouco. Pois, de acordo com o potencial da estância hidrológica, sustentado por um defensor incondicional de um projecto de qualidade para termas, na pessoa de Mário Carneiro, ainda há muito melhor para fazer e muito tempo para recuperar.

mais de 6000 aquistas por ano

Assim que os meios o permitiram, idealizaram-se novas estruturas, inspiradas em experiências estrangeiras. Graças ao impulso dado pelos financiamentos comunitários (entre eles, o LEADER I e o LEADER II da ADRAT), concretizaram-se projectos de ampliação, modernização e até sofisticação: banheiras com hidromassagem, banhos *Vichy*, duche com massagem *Vichy*, *Bertholet* à colona, etc. A partir do momento em que Chaves assumiu as suas águas bicarbonatadas sódicas, mesomineralizadas, gazo-carbónicas e hipertermas (73° C)

como uma alavanca para o progresso, passou a estar no mapa de milhares de aquistas. Refira-se ainda que a Segurança Social comparticipa com uma percentagem nos tratamentos termais desde que o utente, provido de uma receita médica, permaneça pelo menos 14 dias sem interrupção *in loco*. Multiplicando esse número por mais de 6000 aquistas por ano que, geralmente, vêm acompanhados por familiares, chega-se a números que falam por si. Daí Chaves ter quatro hotéis de quatro estrelas, oito residenciais e 100 restaurantes. Facto é que as termas têm contribuído, desde então, para o desenvolvimento crescente da região. Hoje a cidade assume o seu carácter termal, sem complexos e com sucesso.

Falta só dizer que as águas quentes de Chaves são as mais quentes da Península Ibérica, que são as bicarbonatadas-sódicas mais quentes da Europa, que as suas indicações terapêuticas são: as doenças reumáticas e musculoesqueléticas; as afecções do aparelho digestivo e das vias respiratórias e que são “bacteriologicamente puríssimas”, por isso os banhos de água são, na opinião de Mário Carneiro “uma pura maravilha”.

Maria do Rosário Aranha
maranha@inde.pt

Caldas de Chaves – Termas
Largo das Caldas
T.: 276 332 445
F.: 276 332 447
www.termasworld.com
www.aquatherma-europa.com

Ficha Técnica

Pessoas e Lugares

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

II Série | N.º 7 | Março 2003

Propriedade

INDE - Intercooperação e Desenvolvimento, CRL

Redacção

INDE

Av. Frei Miguel Contreiras, 54 - 3º
1700-213 Lisboa
Tel.: 21 8435870
Fax: 21 8435871
E-mail: pl@inde.pt

Mensário

Directora

Cristina Cavaco

Conselho Editorial

Carlos Mattamouros Resende/IDRHa, Cristina Cavaco/INDE, Francisco Botelho/INDE, Guilherme Lewes/IDRHa, Luís Chaves/Minha Terra, Maria do Rosário Serafim/IDRHa, Paula Matos dos Santos/INDE

Redacção

Paula Matos dos Santos (Chefe de Redacção), Francisco Botelho, João Limão, Maria do Rosário Aranha

Colaboraram neste número

ADRAT, Carla Augusto (ADIRN), Carlos Manuel Martins Pais (IDRHa), Catarina Fonseca (IRC), Etienne Anginot (IN LOCO), José João Rodrigues (GAF), Luís Moreno (Universidade de Lisboa), Ricardo Rosa (Terras do Baixo Guadiana), VICENTINA

Edição gráfica

Diogo Lencastre (INDE)

Impressão

Diário do Minho
Rua de Santa Margarida, n.º 4
4710-306 Braga

Tiragem

6 000 exemplares

Depósito Legal

nº 142 507/99

Registo ICS

nº 123 607



